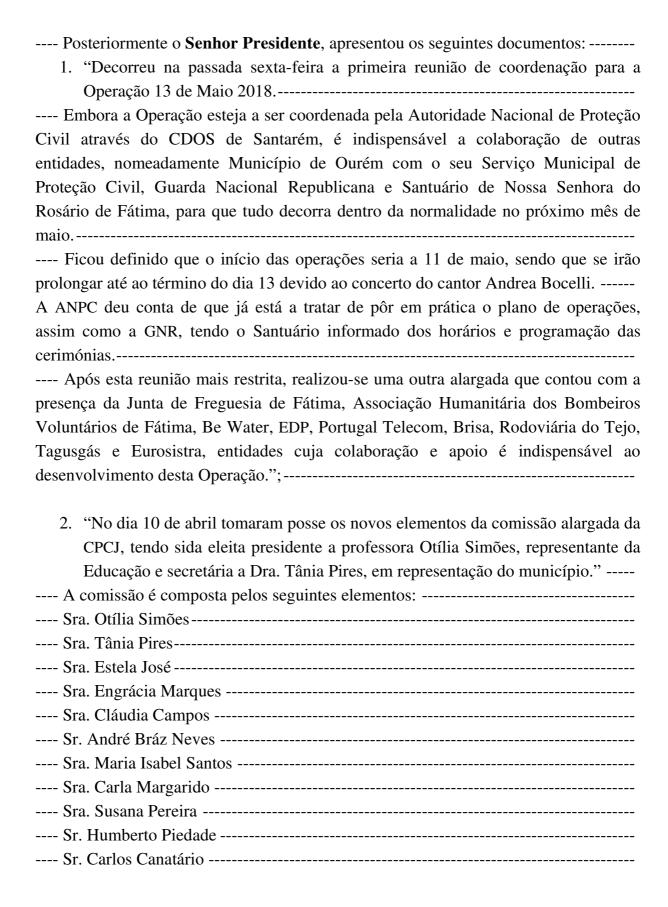


ATA N.º 9 (REUNIÃO PÚBLICA)

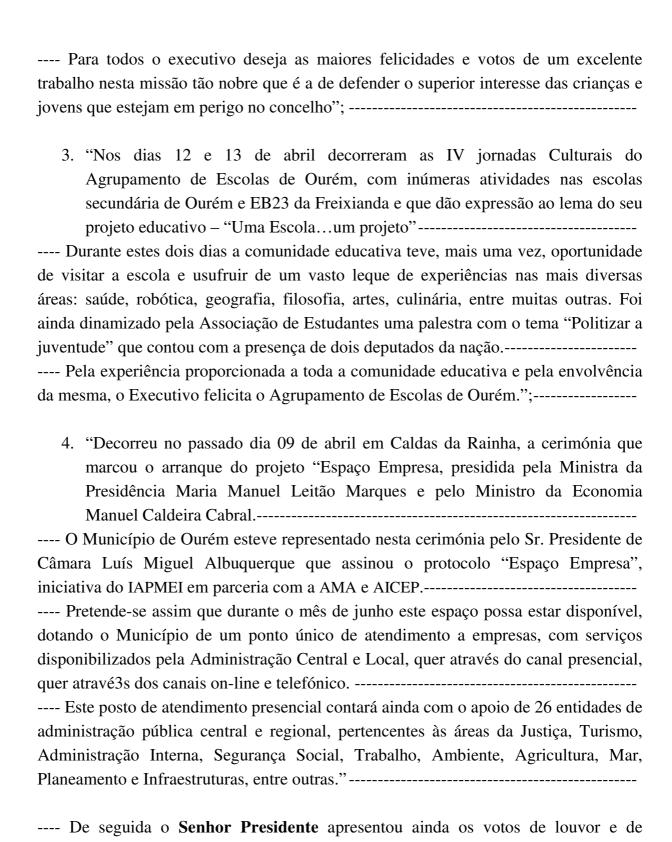
Aos dezasseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves,
Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ${f ORDEM}$
\mathbf{DO} \mathbf{DIA} (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, foi
aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado que ninguém
pretendeu intervir
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra para dar conta de que convidou para a presente reunião,
representante da firma Construções J.J.R & Filhos, S.A., para assinatura do Auto de
consignação respeitante à empreitada "P082/2017 - Rede de drenagem de águas

residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite". ------





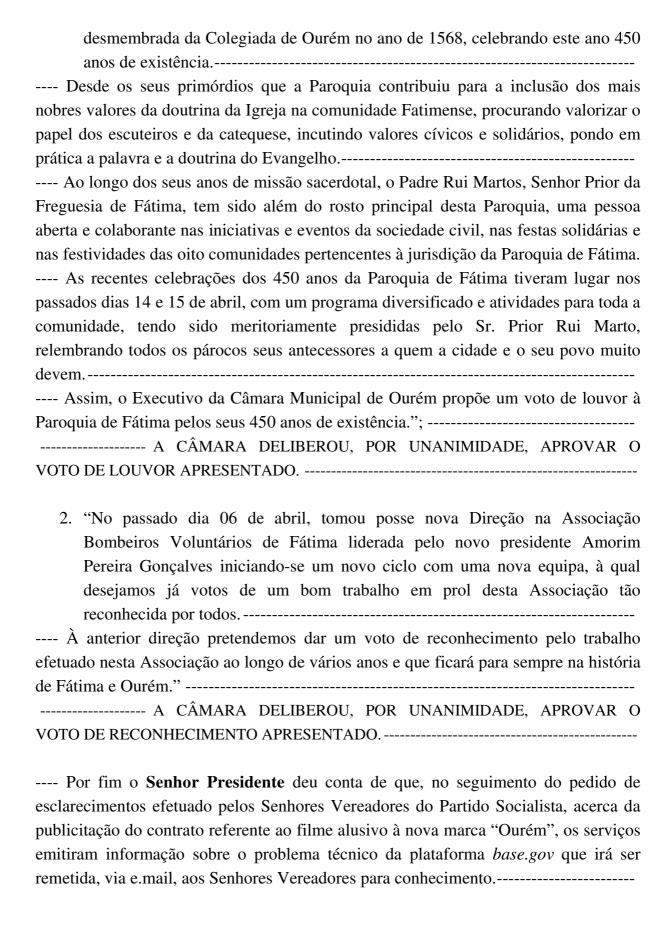




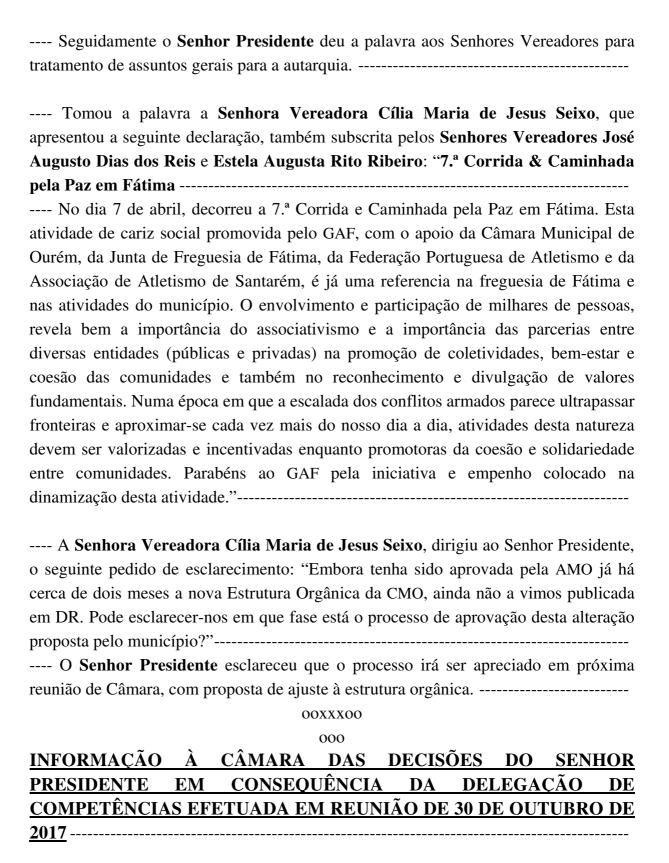
reconhecimento, que se passam a transcrever:-----

1. "A Igreja Paroquial de Fátima, também conhecida como Igreja Paroquial de Fátima e dos Pastorinhos, tem como padroeira Nossa Senhora dos Prazeres e foi

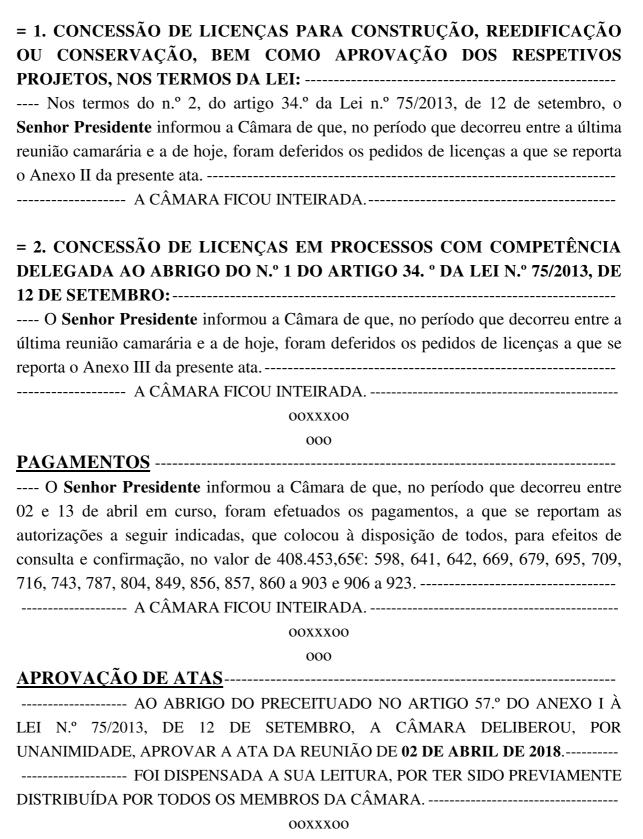




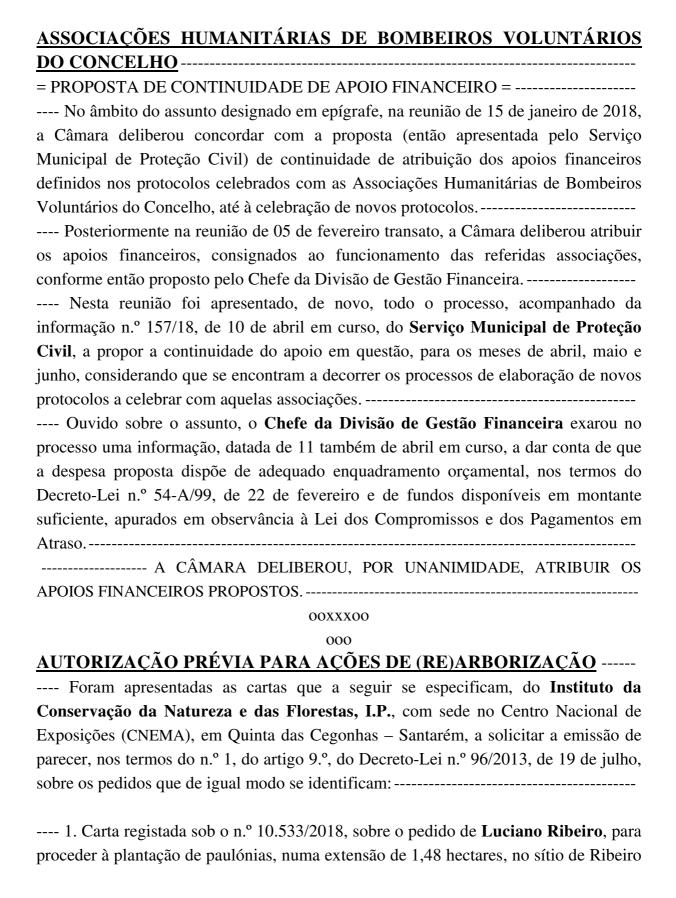




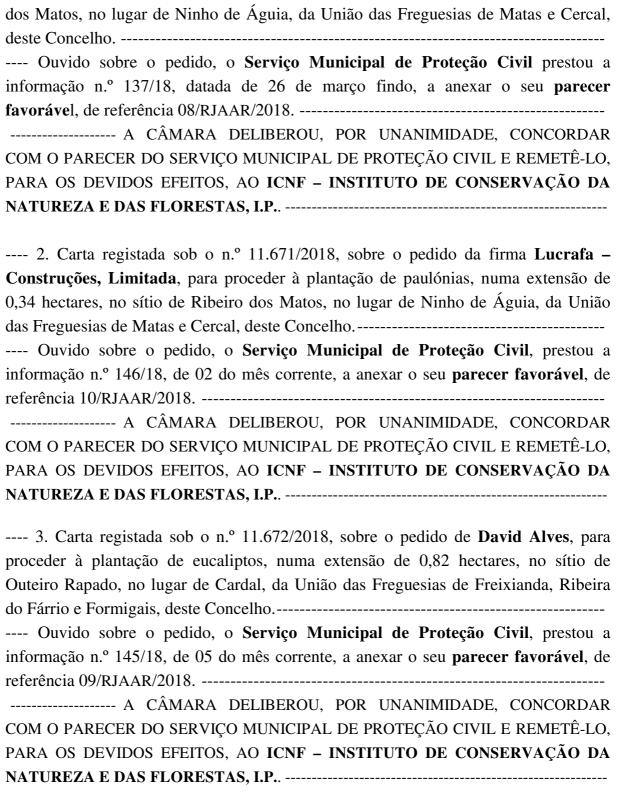




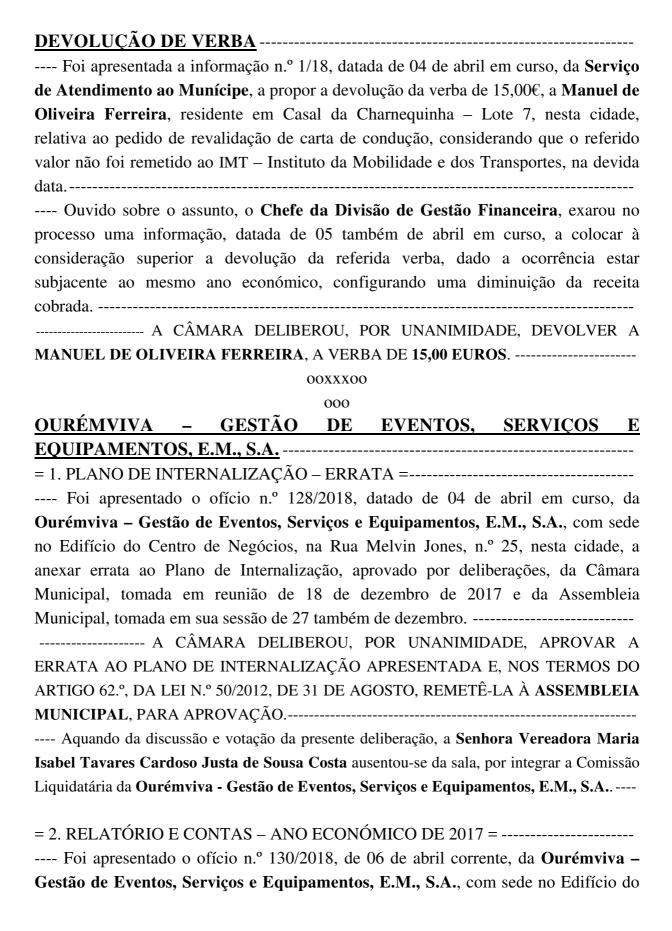














Centro de Negócios, na Rua Melvin Jones, n.º 25, nesta cidade, a remeter o seu Relatório e Contas referentes ao exercício de 2017, incluindo Relatório e Parecer do Fiscal Unico e Certificação Legal das Contas, em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo n.º 16.º, dos estatutos daquela empresa municipal. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 42/18, de 11 também do mês em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que se passa a transcrever: "A entidade empresarial OURÉMVIVA apresenta o relatório e contas referente ao ano económico de 2017, salientando-se que se trata de uma entidade do setor empresarial local, cujo capital social é 100% detido pelo Município de Ourém.--------- Observadas as peças contabilísticas apresentadas, verifica-se a existência de um resultado antes de impostos negativo em 267.923,23 euros, razão pela qual, nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, o acionista único da entidade (Município de Ourém), deverá efetuar uma transferência financeira complementar, tendo como objetivo equilibrar os resultados do exercício em análise. --------- Será de salientar que, conforme dispõe no n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, o Município de Ourém contemplou no orçamento de 2018, um montante para eventual cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação (100%), porém, em montante inferior ao apurado e apresentado pela entidade nos documentos que agora se encontram em análise.-------- Face ao disposto no parágrafo anterior e em observância ao n.º 4 do artigo 40º da Lei 50/2012, o Município de Ourém terá que promover previamente uma alteração ao orçamento por forma a contemplar o montante necessário atribuir, garantindo que a transferência se efetua no mês seguinte à apreciação das contas. Consequentemente, o município na próxima modificação orçamental a elaborar, deverá obrigatoriamente contemplar dotação orçamental suficiente que permita a posterior assunção desta transferência pelo órgão executivo, tendo como referência, que o pagamento se deverá concretizar até 31 de maio de 2018.--------- Complementarmente ao já mencionado, será de referir que se tratam de documentos de prestação de contas relativos a uma entidade do setor empresarial local, cujo acionista único, em 27 de dezembro, deliberou dissolver, estando em curso o processo de liquidação, o qual deverá ficar concluído no decurso de 2018.--------- À consideração superior,".----------- A CÂMARA TOMOU CONHECIMENTO E DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL CÓPIA DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2017 APRESENTADOS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.



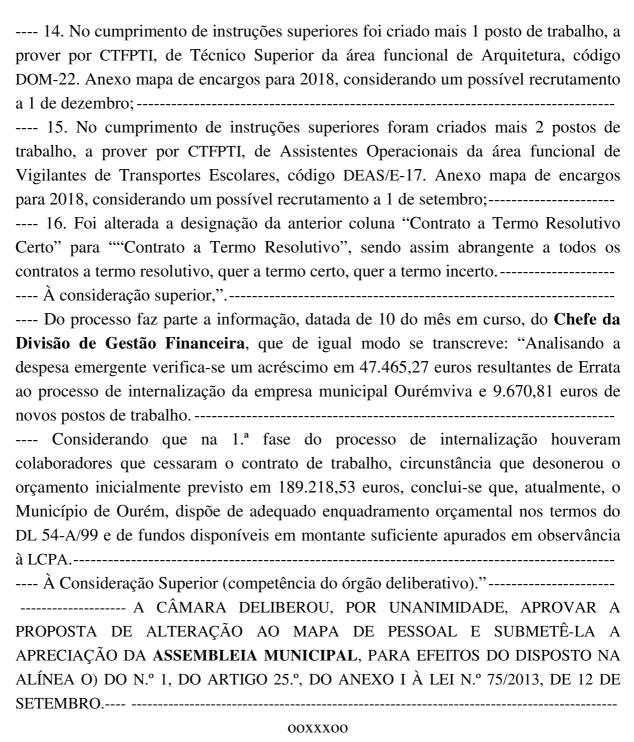
---- Aquando da discussão e votação da presente deliberação, a **Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa** ausentou-se da sala, por integrar a Comissão Liquidatária da **Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A.** ---OOXXXOO

MAPA DE PESSOAL 2018
= 1. ^a ALTERAÇÃO =
Sobre o assunto em referência, os Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
prestaram a sua informação n.º 45, datada de 10 de abril corrente, que na presente
reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "Serve o presente para
remeter superiormente proposta de alteração ao Mapa de pessoal, destacando a azul as
alterações solicitadas e que são as seguintes:
1. Retificação da área de formação académica do anterior posto de trabalho,
internalizado na 1ª fase do Plano de internalização da Ourémviva, com o código -
DAM/RHST-06, que por lapso não incluiu a palavra "Humanos": onde se lia "Gestão
de Recursos e Organização Estratégica", deve ler-se "Gestão de Recursos Humanos e
Organização Estratégica";
2. Reafetação e alteração da descrição de funções do anterior PT - DAM/RHST-06,
à DAM com o código - DAM-03, nos termos do Ponto 1 da errata do Plano de
Internalização;
3. Alteração efetuada nos termos do Ponto 2 da errata do Plano de Internalização,
conducente à extinção do posto de trabalho - DEAS/E-16, por alteração da
carreira/categoria de Assistente Técnico para Assistente Operacional e inerente
alteração da descrição de funções, integrando mais um posto de trabalho, a prover por
CTFPTI e 1 posto de trabalho a prover por CTFP a termo resolutivo, com o código
DEAS/E-08;
4. Alteração efetuada nos termos do Ponto 3 da errata do Plano de Internalização,
conducente à inclusão de nova habilitação literária na área de formação académica,
Psicologia Social e das Organizações, do posto de trabalho - DEAS/AS-01;
5. Alteração efetuada nos termos do Ponto 4 da errata do Plano de Internalização,
do posto de trabalho - DEAS/AS-03, com alteração da carreira/categoria de Técnico
Superior para Assistente Técnico, eliminando a anterior exigência de área de formação
académica, Licenciatura em Educação de Infância, e inerente alteração da descrição de
funções;
6. Alteração efetuada nos termos do Ponto 5 da errata do Plano de Internalização,
com inclusão de nova observação no posto de trabalho - DOM-31, indicando que 1 dos



7 postos de trabalho mencionados a internalizar na 1ª fase – Anexo A, deverá ser
internalizado na 2ª fase – Anexo B.
7. Alteração efetuada nos termos do Ponto 6 da errata do Plano de Internalização,
conducente à extinção de 1 dos 2 postos de trabalho - PCIVIL-02, por alteração da
carreira/categoria de Assistente Técnico para Técnico Superior e criação do posto de trabalho, a prover por CTFPTI e a prover por CTFP a termo resolutivo - PCIVIL-06 e
respetiva descrição de funções;
8. Alteração efetuada nos termos do Ponto 7 da errata do Plano de Internalização,
para retificação da área de formação académica do posto de trabalho PCIVIL-05, onde
se lia "Ambiente e Planeamento", deve ler-se "Gestão do Território e do Património
Cultural";
9. Alteração efetuada nos termos do Ponto 8 da errata do Plano de Internalização,
conducente à criação do posto de trabalho, a prover por CTFPTI e a prover por CTFP a
termo resolutivo - DAC/MM-06 e respetiva descrição de funções. Anexo mapa de
encargos para o ano de 2018, para o provimento a termo resolutivo, uma vez que será
improvável o provimento por tempo indeterminado durante o ano de 2018;
10. Alteração efetuada nos termos do Ponto 9 da errata do Plano de Internalização,
conducente à criação do posto de trabalho, a prover por CTFPTI e a prover por CTFP a
termo resolutivo - PCIVIL-07 e respetiva descrição de funções. Anexo mapa de
encargos para 2018, para o provimento a termo resolutivo, uma vez que será
improvável o provimento por tempo indeterminado durante o ano de 2018;
11. Alteração efetuada nos termos do Ponto 10 da errata do Plano de
Internalização, conducente à criação de mais 1 posto de trabalho, a prover por CTFPTI
e a prover por CTFP a termo resolutivo - DAS-02. Anexo mapa de encargos para 2018,
para o provimento a termo resolutivo, uma vez que será improvável o provimento por
tempo indeterminado durante o ano de 2018;
12. Alteração efetuada nos termos do Ponto 11 da errata do Plano de
Internalização, conducente à criação de mais 1 posto de trabalho, a prover por CTFPTI
e a prover por CTFP a termo resolutivo – DAC/MM-07. Anexo mapa de encargos para
2018, para o provimento a termo resolutivo, uma vez que será improvável o
provimento por tempo indeterminado durante o ano de 2018;
13. No cumprimento de instruções superiores foi criado mais 1 posto de trabalho, a
prover por CTFPTI, de Assistente Operacional da área funcional de Pedreiro, código
DOM-06. Anexo mapa de encargos para 2018, considerando um possível recrutamento
a 1 de dezembro:





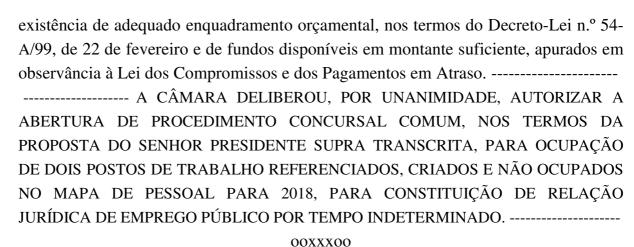
ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO, PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL ------



---- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi apreciada a proposta n.º 6/2018, datada de 06 de abril em curso, do **Senhor Presidente**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Considerando que:------

- 1. O mapa de pessoal para 2018, contempla 2 postos de trabalho (PT), a prover em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, necessários para o cumprimento das atividades constantes da descrição dos respetivos postos de trabalho;------
- 2. De acordo com o n.º 1 do artigo 30º do Anexo da Lei nº 35/2014, de 20/06, alterada pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31/12, n.º 81/2015, de 07/08, n.º 18/2016, de 20/06, n.º 42/2016, de 28/12 e n.º 25/2017, de 30/05, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, o recrutamento é efetuado por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -------
- 3. O n.º 1 do artigo 33º da citada lei, estabelece que o recrutamento seja decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03/09, caso em que o recrutamento nas condições previstas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 30º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na leitura atualista, é precedido de aprovação do órgão executivo. ------
- ---- Propõe-se que: -----
- - •- <u>Divisão de Educação e Assuntos Sociais</u> 2 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional na área funcional de Cozinheiro/a Código DEAS/E-09;
- ---- O processo encontra-se instruído com a informação, datada de 10 também de abril corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa emergente, a iniciar a 01 de outubro de 2018, está em conformidade com o Mapa de Pessoal vigente e consequentemente com o orçamento municipal, salientando ainda a





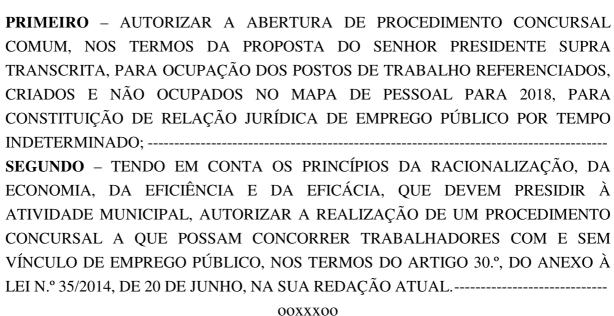
ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PARA AS CARREIRAS/CATEGORIAS DE TÉCNICO SUPERIOR E DE ASSISTENTE OPERACIONAL -----

- ---- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi apreciada a proposta n.º 7/2018, datada de 09 do mês em curso, do **Senhor Presidente**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Considerando que:------
- 1. O mapa de pessoal para 2018, contempla postos de trabalho (PT), a prover em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, necessários para o cumprimento das atividades constantes da descrição dos respetivos postos de trabalho;------
- 3. O n.º 1 do artigo 33º da citada lei, estabelece que o recrutamento seja decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03/09, caso em que o recrutamento nas



condições previstas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 30º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na leitura atualista, é precedido de aprovação do órgão executivo. --------- Propõe-se que: -----1. O órgão executivo delibere sobre o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho (PT), criados e não ocupados no mapa de pessoal para 2018, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a seguir discriminados:-----• Divisão de Gestão Urbanística – 1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior na área funcional de Arquitetura – Código DGU-03; -----• <u>Subunidade Orgânica de 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação</u> – 1PT na carreira/ categoria de Técnico Superior na área Design Gráfico e Multimédia – Código 3°GrauRIC-05; ------• <u>Divisão de Obras Municipais</u> – 1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional na área funcional de Calceteiro – Código DOM-07; -----• <u>Divisão de Obras Municipais</u> – 1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional na área funcional de Pintor – Código DOM-08; -----• <u>Divisão de Obras Municipais</u> – 1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional na área funcional de Carpinteiro – Código DOM-09;-----• <u>Divisão de Obras Municipais</u> – 1 PT na carreira/ categoria de Assistente Operacional – **Código DOM-18**. -----2. O órgão executivo delibere, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3/09 e para os efeitos previstos no artigo 30º da Lei nº 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, o âmbito de recrutamento, de entre trabalhadores com e sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, tendo em conta os princípios da racionalização, de economia, de eficiência e de eficácia que devem presidir à atividade municipal." ---------- O processo encontra-se instruído com a informação, datada de 10 também do mês em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que a despesa emergente, a iniciar a 01 de dezembro de 2018, está em conformidade com o Mapa de Pessoal vigente e consequentemente com o orçamento municipal, salientando ainda a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------





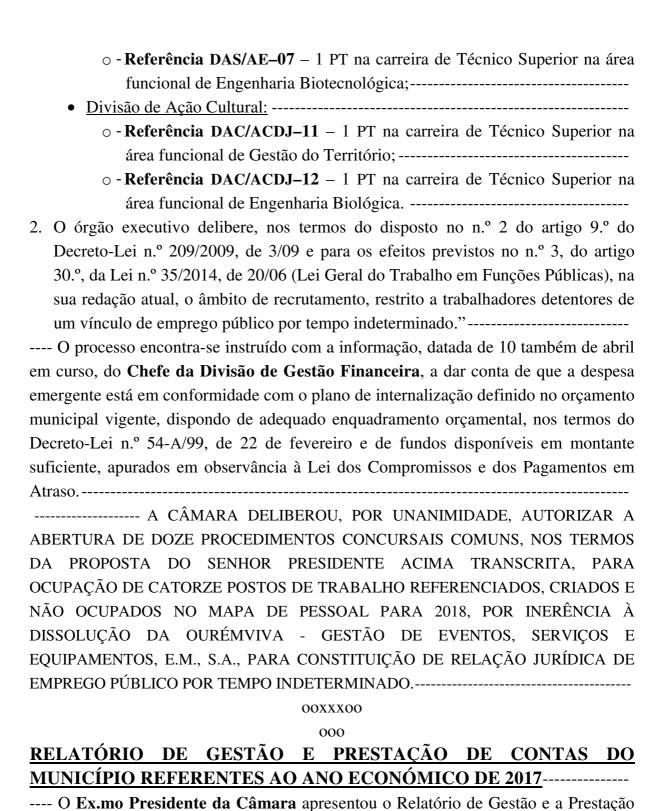
ABERTURA DE DOZE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA ADMISSÃO DE TRABALHADORES, DISTRIBUÍDOS PELAS CARREIRAS/CATEGORIAS DE TÉCNICO SUPERIOR E ASSISTENTE TÉCNICO, POR INERÊNCIA À DISSOLUÇÃO DA OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS E.M., S.A. -----

---- Sobre o assunto mencionado em título, foi apreciada a proposta n.º 8/2018, datada de 09 do corrente mês, do **Senhor Presidente**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Considerando que:------

- 2. O mapa de pessoal para 2018, contempla 14 postos de trabalho (PT), a prover em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente, mencionadas no plano de internalização da OUREMVIVA, E.M., S.A., por dissolução desta; ------
- 3. De acordo com o n.º 1 do artigo 30.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, alterada pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31/12, n.º 81/2015, de 07/08, n.º 18/2016, de



20/06, n.º 42/2016, de 28/12 e n.º 25/2017, de 30/05, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, o recrutamento é efetuado por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; ------4. O n.º 1, do artigo 33°, da citada lei, estabelece que o recrutamento seja decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, caso em que o recrutamento nas condições previstas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 30.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na leitura atualista, é precedido de aprovação do órgão executivo. --------- Propõe-se que: -----1. O órgão executivo delibere sobre o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de 14 postos de trabalho (PT), criados e não ocupados no mapa de pessoal para 2018, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a seguir discriminados: -----• Divisão de Obras Municipais:-----o - Referência DOM-34 - 1 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Engenharia da Energia e Ambiente; ----o - Referência DOM-33 – 1 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Engenharia Agrícola; -----o - Referência DOM-30 - 1 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Engenharia Eletrotécnica; -----Divisão de Atendimento ao Munícipe:-----○ - Referência DAM/E-06 – 1 PT na carreira de Assistente Técnico;----o - Referência DAM/E-07 – 1 PT na carreira de Assistente Técnico;-----• Divisão de Gestão Financeira: ----o - Referência DGF/CPA-06 - 1 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Gestão de Recursos Humanos;-----○ - Referência DGF/C- 03 - 1 PT na carreira de Assistente Técnico;-----• Divisão de Educação e Assuntos Sociais: ----o - Referência DEAS/AS-02 – 3 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Serviço Social; ----o - Referência DEAS/E − 18 − 1 PT na carreira de Técnico Superior na área funcional de Ciências da Engenharia – Engenharia do Território; ------Divisão de Ambiente e Sustentabilidade:-----



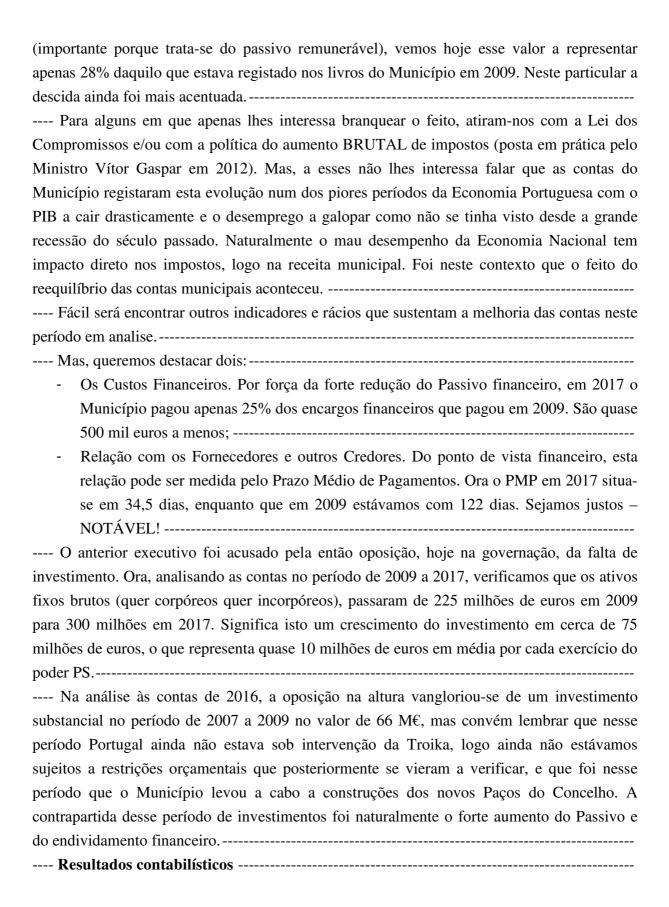


REMETÊ-LOS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA L), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. --------- Os Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro, apresentaram a seguinte declaração: "A análise às contas de 2017 é mais do que analisar as contas do Município numa perspetiva estática ou tendo como mera base comparativa a análise de 2016. --------- Trata-se do momento mais oportuno para fazer uma análise económica e financeira a um ciclo que terminou no dia 23 de Outubro de 2017. ---------- Urge, portanto, a necessidade de ser feito um balanço aos últimos 8 anos de governação do executivo PS e tirar algumas conclusões e ilações sobre este período e no caso em concreto do ponto de vista económico e financeiro.--------- Assim, iremos por começar por esmiuçar alguns indicadores que nos permitirão concluir quanto ao sucesso ou não das estratégias políticas que foram adotadas no período do ciclo que ora terminou. Os termos de comparação serão os anos 2009 e 2017.--------- Do ponto de vista percecional, verificamos que decorrido este período estamos hoje em presença de um concelho que melhorou praticamente a todos os níveis: Concelho mais moderno, mais convidativo para se viver e trabalhar, melhoria de infraestruturas, mais visitado, melhores acessos, em suma, hoje as condições e qualidade de vida no Concelho são melhores.--------- De ponto de vista formal, estatístico-numérico, podemos começar por enumerar alguns: ---- Valia Cultura:--------- Verifica-se um forte crescimento do investimento nesta área, refletindo-se a título de exemplo no aumento de Museus e Galerias que passa de 4 para 10 --------- Valia Saúde: ---------- Embora a competência do poder local neste âmbito seja bastante limitada, o exercício de pressão e lobby sobre os decisores trouxe os seus frutos. Por força de persistência, hoje verificam-se melhorias a este nível, consubstanciadas no indicador de profissionais de saúde disponíveis no nosso Concelho. Em concreto vimos o número de enfermeiros subir de 1,3 para 3 profissionais por cada mil habitantes. Já quanto a médicos, assiste-se também a um incremento de 0,7 para 1,3 por mil habitantes o que significa um aumento de 85% destes profissionais disponíveis para a nossa população;---------- Valia - Atividade Económica---------- Um dos desígnios para a competitividade económica é a capacidade dos agentes em penetrar nos mercados externos. Também aqui a estratégia política que se adotou com a

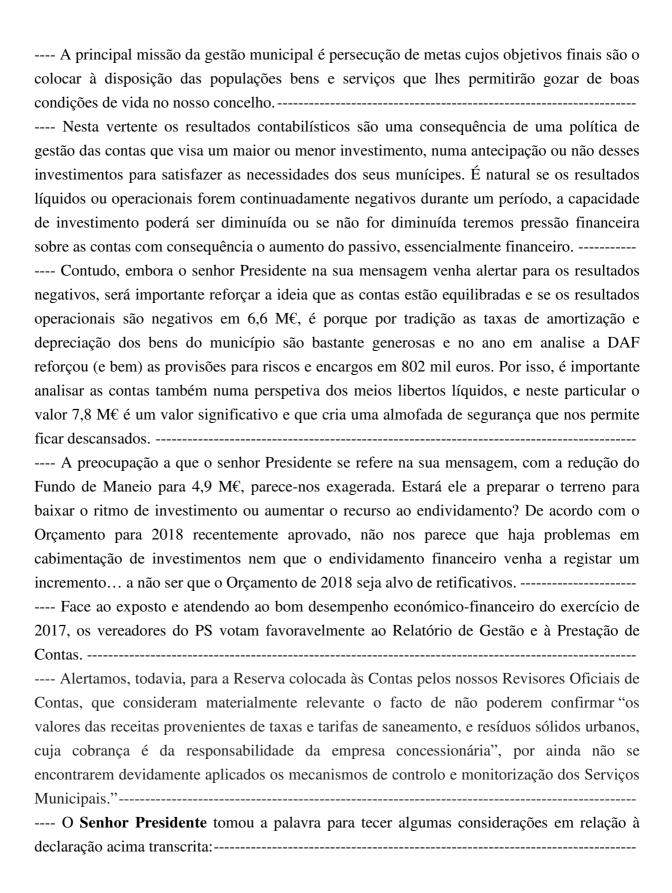


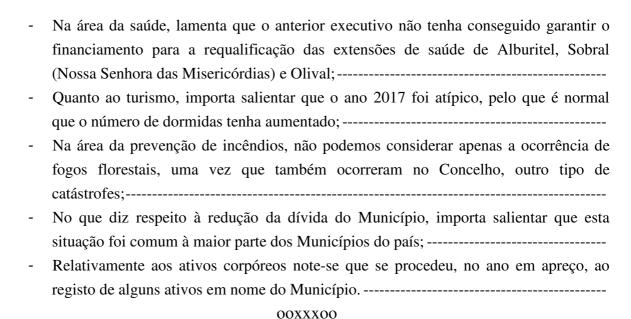
"humilde" ajuda que o poder local pode oferecer aos operadores económicos, deu os seus frutos, pois, as Exportações no nosso Concelho passaram de aproximadamente 47 M€ em 2009 para 66 M€ em 2017, traduzindo-se num crescimento de 40%. ---------- Ainda na perspetiva da atividade económica, será mais que justo realçar o crescimento que a aposta no Turismo teve. ---------- Todos os indicadores relacionados com o Turismo no nosso Concelho, obtiveram evoluções significativas quer em capacidade de alojamento, quer no crescimento de hospedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Neste particular destacamos o número de 984 dormidas por 100 habitantes em 2009 para 1.722 em 2017 o que representa um crescimento de 75%. De facto, esta estratégia trouxe ao nosso Concelho riqueza que até aqui não se julgava ser possível.--------- A saga da procura de novos mercados de visitantes para o nosso concelho deu os seus resultados e hoje vimos uma muito maior diversidade de nacionalidades a visitar o Concelho, especialmente Fátima. O mercado europeu continua a ser o preponderante, mas o seu peso diminuiu e hoje vimos mercados como o Americano e o Asiático com presenças assinaláveis. ---- O próprio mercado Africano, praticamente inexistente em 2009, hoje embora residual, já apresenta alguma expressão e com uma tendência positiva. -----Ainda numa subactividade económica, também queremos destacar o investimento que o município tem feito na gestão da floresta com a prevenção de incêndios. Em 2009 registaramse no Concelho 105 ocorrências com 678 ha área queimada, enquanto que em 2017, as ocorrências foram de 47 registos e 64 ha de área ardida. Estes méritos serão naturalmente resultado da cooperação com as forças preventivas do Concelho com destaque para os nossos Bombeiros, proteção civil, forças de segurança e outros agentes com responsabilidades a este nível.--------- Análise de Balanço e Demonstração de Resultados ---------- Também a este nível existem registos de evolução significativos. Ao longo do período 2009 e 2017, a recuperação económica e financeira das contas do Município é um dado indesmentível.--------- As contas refletem saúde financeira e os resultados conseguidos nestes anos são reconhecidos por entidades de inegável imparcialidade como sendo a Ordem dos Contabilistas Certificados e que no seu último Anuário enumera vários feitos que a governação do PS conseguiu para o reequilíbrio das contas publicas do município. ---------- Um dos maiores feitos dos últimos anos foi como é o do conhecimento publico a descida acentuada dos Passivos das Contas Municipais. Comparativamente a 2009, vemos hoje o Passivo Exigível ser 32% daquele que era no inicio da governação PS, por outras palavras, este Passivo desceu 2/3 do seu valor de 2009. Também quando analisado o Passivo financeiro









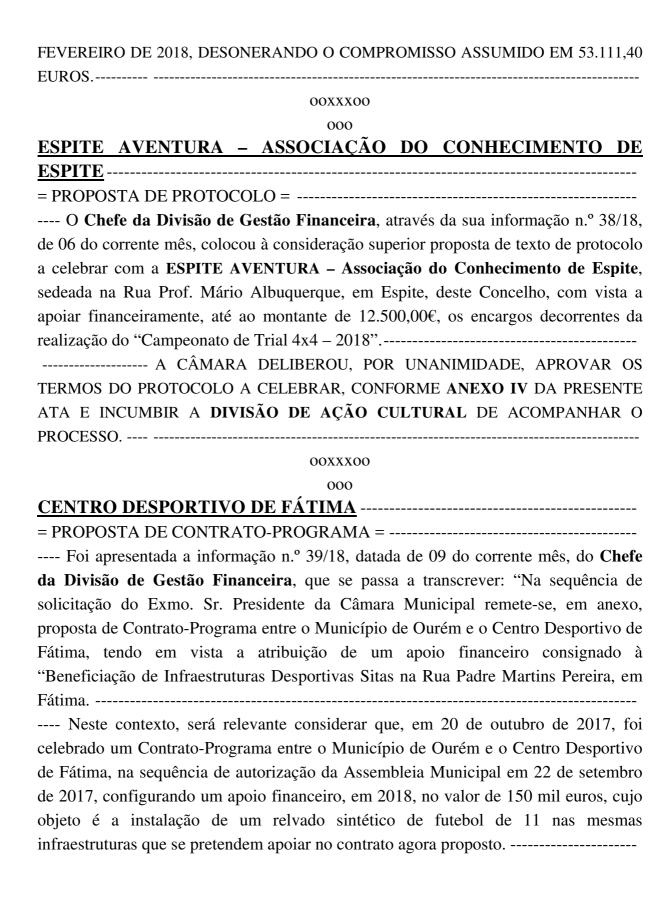


CONSERVAÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DO PARQUE DA CIDADE – ANTÓNIO TEIXEIRA E DO MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO

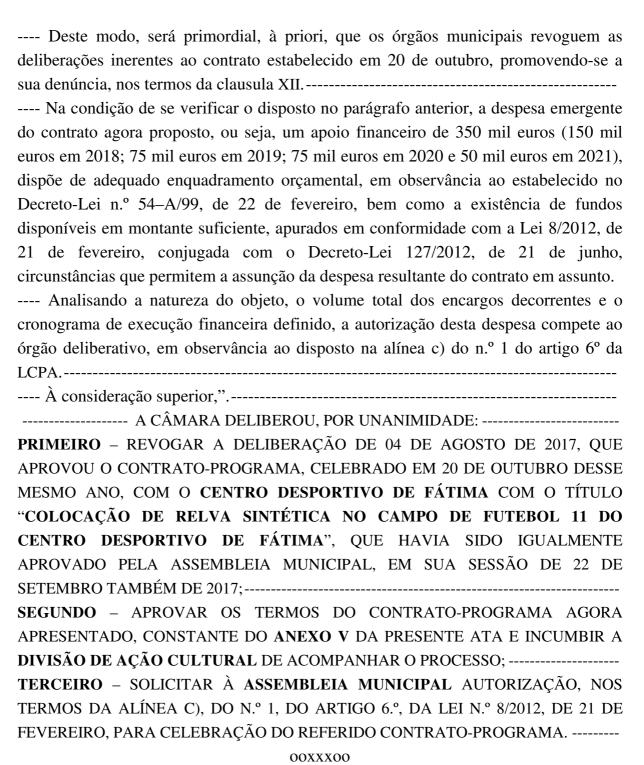
---- Relativamente ao assunto acima mencionado, foi apresentada a informação n.º 37/18, de 04 de abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que a seguir se reproduz na íntegra: "O Município de Ourém estabeleceu um contrato de prestação de serviços com a entidade OurémViva designado de "Conservação, Vigilância e Limpeza do Parque Dr. António Teixeira e Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão", com um encargo mensal de 10.795 euros (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), com vigência de 1 de janeiro a 30 de junho de 2018. --------- Neste contexto, conforme o ofício 107/2018 de 8 de março de 2018, a OurémViva comunicou que tem dificuldades na operacionalidade dos serviços em assunto, pelo que, ao abrigo da cláusula 9.ª do contrato em referência, solicita a cessação do mesmo, com efeitos a 28 de fevereiro, por acordo entre os outorgantes. --------- Face ao exposto pela empresa municipal e considerando que a referida entidade se encontra em fase de dissolução, propõe-se que o órgão executivo aprove a cessação do contrato em assunto, com efeitos a 28 de fevereiro 2018, desonerando o compromisso assumido em 53.111,40 euros. --------- À consideração superior,".---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A

CESSAÇÃO DO CONTRATO INDICADO EM EPÍGRAFE COM EFEITOS A 28 DE



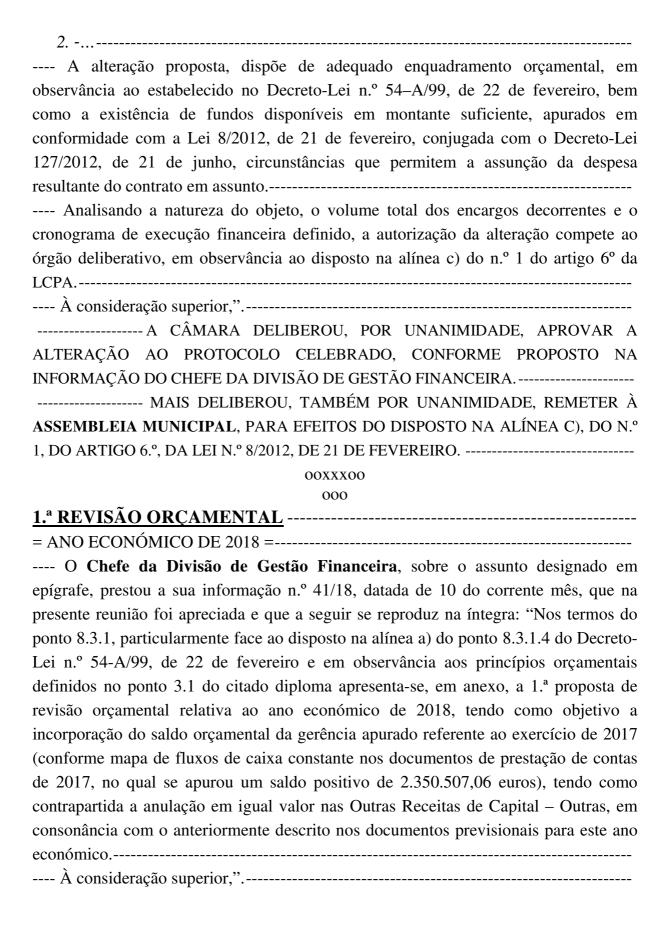




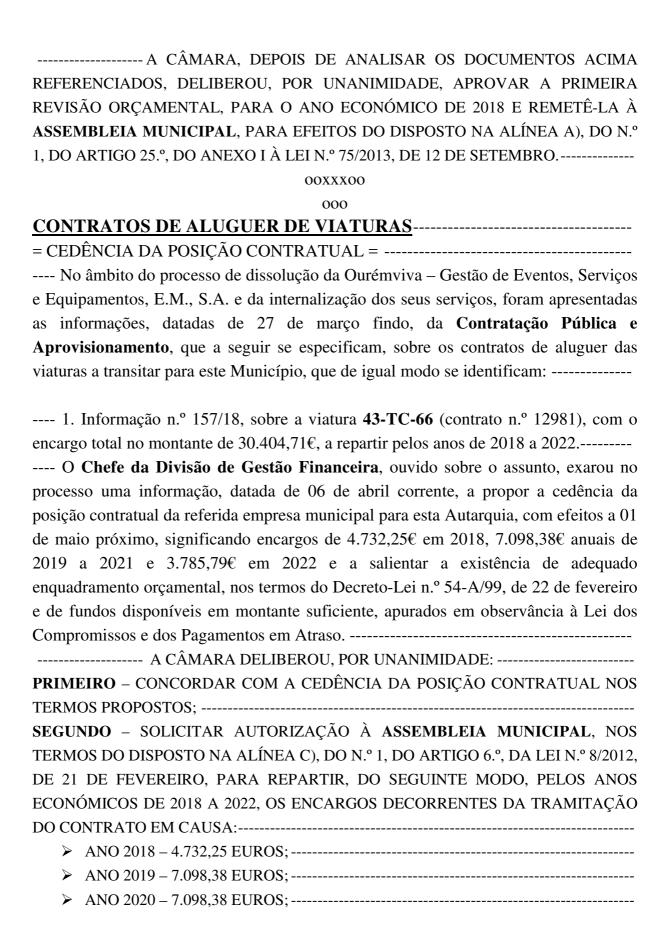




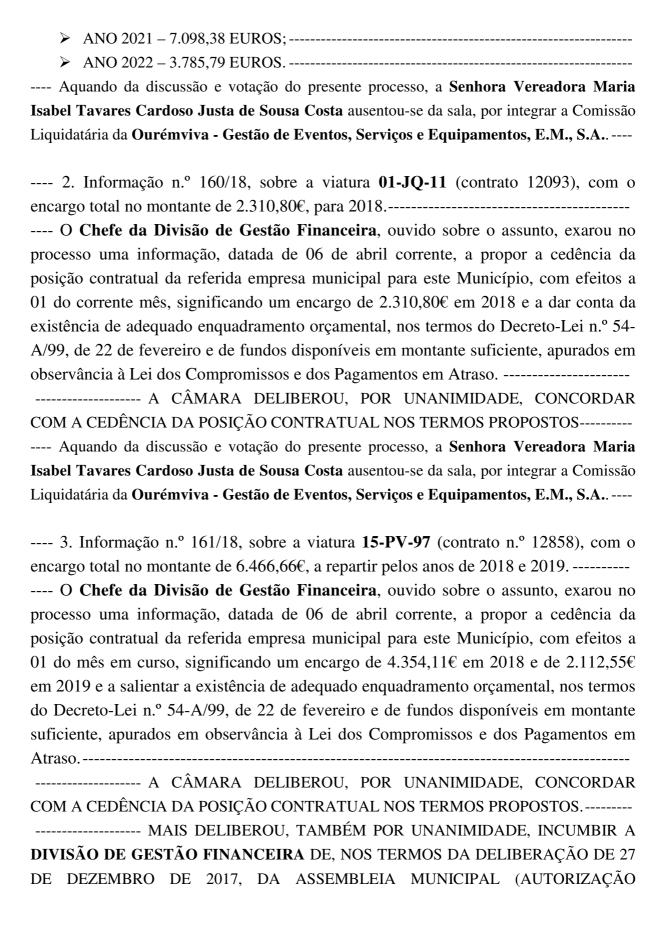
RECUPERAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL DE SANTO AGOSTINHO E CASA DA EIRA -----= ALTERAÇÃO DE PROTOCOLO = ---------- Por deliberação de 06 de fevereiro de 2015, foi aprovada alteração ao cronograma financeiro do protocolo celebrado em 04 de março de 2013, com a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação 40/18, de 09 de abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que se passa a transcrever: "O protocolo em assunto, o qual configura um apoio financeiro global de 900 mil euros, tem sido objeto de sucessivas alterações, numa primeira fase, para alteração do objeto, ou seja, inclusão da Casa da Eira, no investimento elegível, e posteriormente, no seu cronograma de execução física e financeira, em resultado de diversas razões ubjacentes que têm motivado uma dilação temporal significativa na recuperação do Antigo Hospital de Santo Agostinho. --------- Neste contexto, e na sequência de reunião ocorrida com a direção da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, propõe-se nova adenda ao protocolo em assunto, concretamente à cláusula 3ª (Plano de Pagamentos), a qual deverá ter a seguinte redação: ----------- Cláusula 3.ª; ------------ Plano de Pagamentos -----1. -As verbas referidas na cláusula anterior serão transferidas da seguinte forma: a. 360.000,00 euros em duas prestações anuais, nos anos económicos de 2006 e 2007, a título de adiantamento, sujeitos a posterior confirmação da despesa executada, junto do Primeiro Outorgante e condicionando os pagamentos seguintes: -----b. 11.835,00 euros, no ano económico de 2016, sujeitos à prévia confirmação, junto do Primeiro Outorgante, da despesa executada e condicionando os pagamentos seguintes; -----c. 34.023,41 euros, no ano económico de 2017, sujeitos à prévia confirmação, junto do Primeiro Outorgante, da despesa executada e condicionando os pagamentos seguintes; -----d. 50.000,00 euros, no ano económico de 2018, sujeitos à prévia confirmação, junto do Primeiro Outorgante da despesa executada e condicionando o pagamento seguinte; ----e. 444.141,59 euros, no ano económico de 2019, sujeitos à prévia confirmação, junto do Primeiro Outorgante da despesa executada. -----



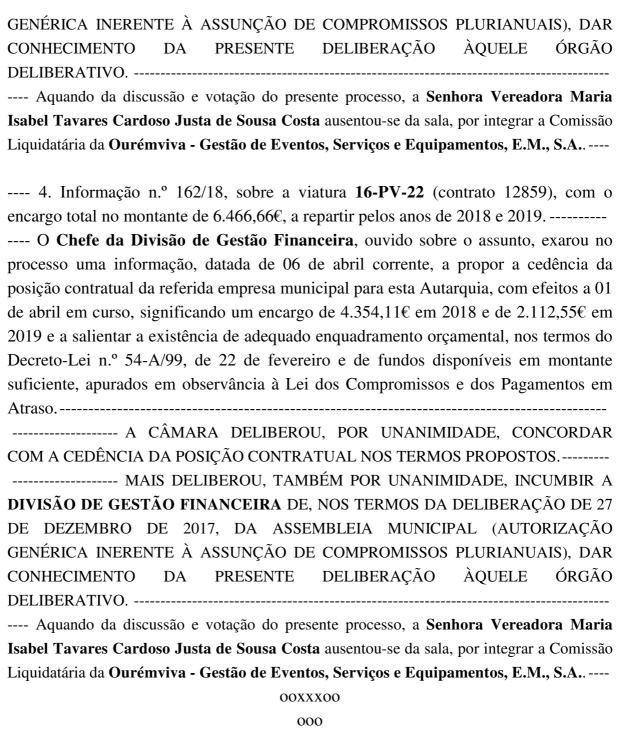






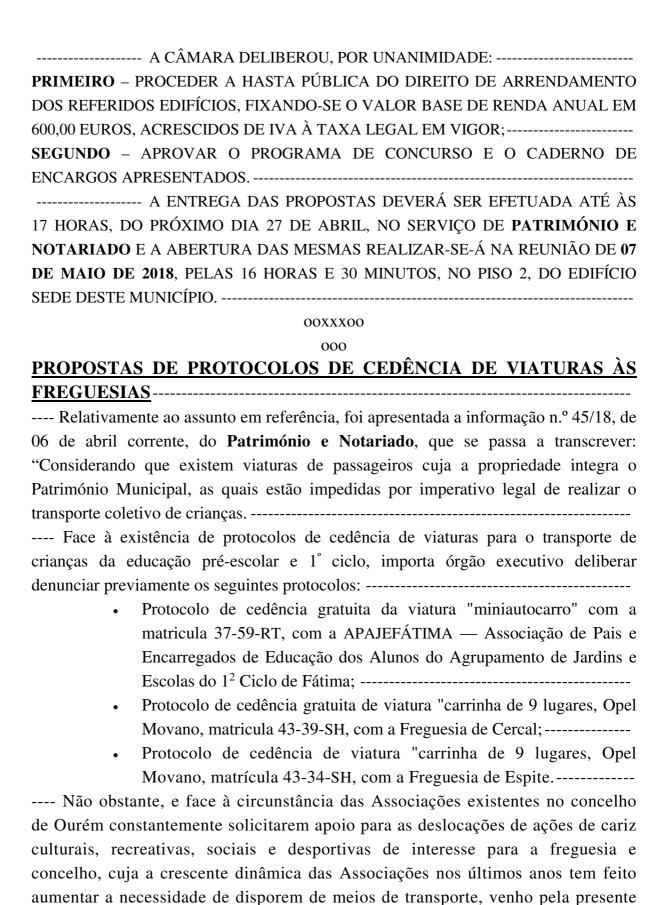




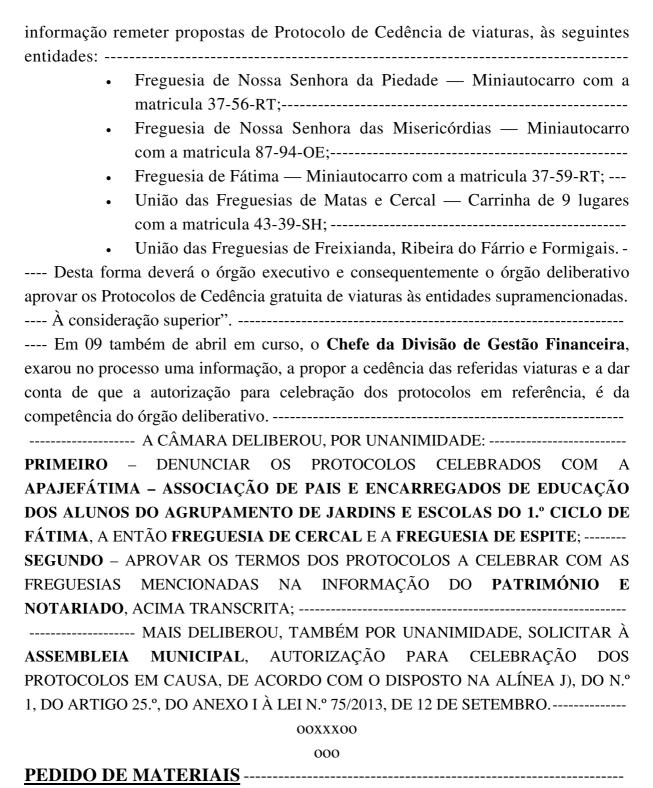


PROPOSTA DE ARRENDAMENTO DOS EDIFÍCIOS "A" E "B", SITOS EM AGROAL ------



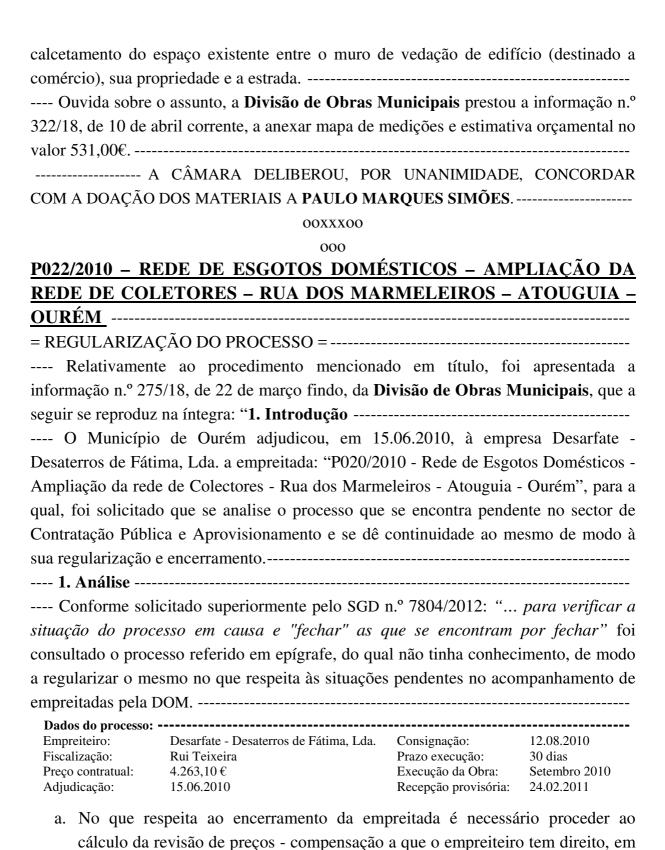






---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 12.551/2018, da Freguesia de Caxarias, a remeter requerimento de **Paulo Marques Simões**, residente na Rua Santo André, em Andrés, da dita freguesia, deste Concelho, sobre a cedência de materiais para





função da variação dos diversos custos inerentes à concretização do objecto do contrato, tendo em contas as condições existentes à data do concurso:-----

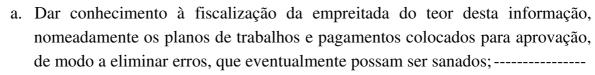


- Nos termos do n.º 1 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro (regime de revisão de preços), conjugado com o n.º 2 do mesmo artigo, o preço das empreitadas de obras públicas: "... fica sujeito a revisão, em função das variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-deobra, dos materiais e dos equipamentos de apoio, relativamente aos correspondentes valores no mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas." e "A revisão será obrigatória ... e cobre todo o período compreendido entre o mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas e a data do termo do prazo de execução contratualmente estabelecido, acrescido das prorrogações legais." --------
- b. Os planos de trabalhos e pagamentos que se encontram no processo são apenas os planos da fase de formação do contrato Proposta do empreiteiro (31.05.2010). ------
- c. Não se encontra no processo qualquer plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro após a consignação da empreitada, pelo que, foi elaborado um plano de pagamentos nos termos do artigo 361° do CCP: -----

		Trabalho			
Trabalhos do contrato					
Ano	Mês	Previsto	Realizado	%	Diferença (Ac.)
2010 Agosto		2 621,73	0,00	0%	-2 621,73
2010 Setembro		1 641,35	4 263,08	100%	0,00
	×-	4 263,08	4 263,08		
Preços	s do contrato	4 263,08	4 263,08	100%	0,00

- d. De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro foi efetuada a revisão de preços definitiva (em anexo), no valor de 00,00 € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. ------
- ---- 2. Conclusão -----
- ---- Deste modo, propõe-se, salvo opinião em contrário, de modo a regularizar a empreitada designada em epigrafe:-----





- b. Aprovar o plano de pagamentos ajustado, nos termos do artigo 361º do CCP; ---
- c. Aprovar a revisão de preços no valor de 0,00€ acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor". ------

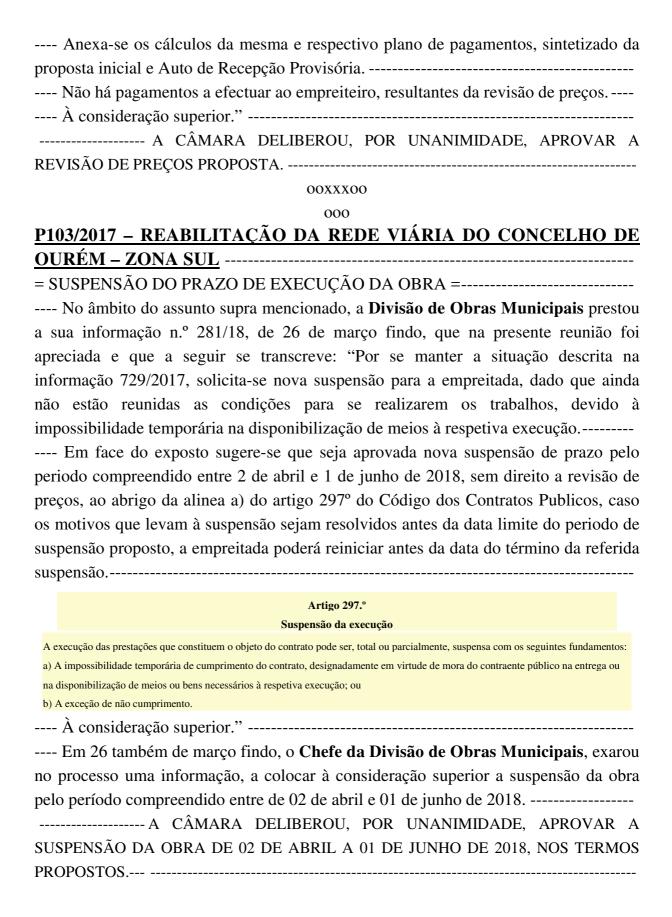
000

P037/2017 – BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DE CASAIS MONTES – FREGUESIA DE URQUEIRA

= REVISÃO DE PREÇOS =-----

Empreiteiro:	Contec – Construção e Engenharia, S.A.
Data da Adjudicação	Deliberação 24 de Abril de 2017
Valor da Consignação:	133.796,20 €
Calculo da Revisão de Preços definitivo:	0,00€
Facturação do empreiteiro referente a anteriores	
revisões provisórias	0,00 €
Total a pagar ao empreiteiro	0,00€

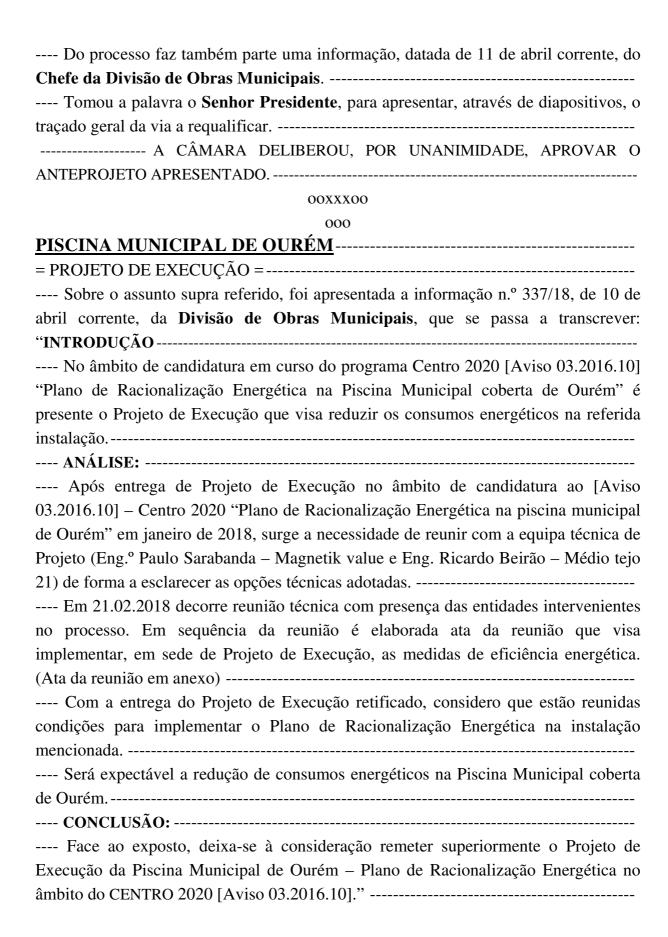




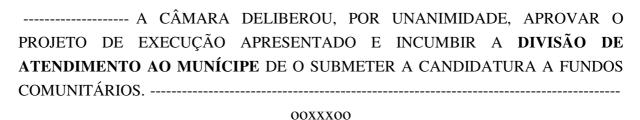


ooxxxoo

PÓLO DE INOVAÇÃO – STARTUP OURÉM
= PROJETO DE EXECUÇÃO =
Relativamente ao assunto supra referido, foi apresentada a informação n.º 283/18,
de 26 de março findo, da Divisão de Obras Municipais , que se passa a transcrever:
"Conforme solicitado, apresenta-se o projeto de execução (arquitetura, especialidades
e orçamentação) referente ao PÓLO DE INOVAÇÃO – STARTUP OURÉM
Foi respeitado o estudo prévio anteriormente aprovado o qual salvaguarda o teor
do protocolo entre o Município de Ourém e a Nersant, aprovado em reunião de
Câmara de 15.01.2018. O projeto está de acordo com as necessidades indicadas por
aquela associação empresarial, para um correto funcionamento da StartUp Ourém,
devendo as instalações ficar completamente funcionais e ajustadas aos objetivos da sua
utilização
Decorre aparte o processo 8063/2018, referente às baixadas de energia elétrica e de
telecomunicações, onde também se deve considerar o procedimento conducente à
iluminação publica, cujos trabalhos de construção civil vão já englobados neste
projeto
À consideração superior,"
O Chefe da Divisão de Obras Municipais, ouvido sobre o assunto, exarou no
processo uma informação, de 02 de abril corrente, a dar conta de que o projeto se
encontra completo e em condições de ser aprovado, com uma estimativa de custos de
344.850,14€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que fez uma breve
apresentação do projeto, com projeção em 3D do aspeto exterior do edifício
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O
PROJETO DE EXECUÇÃO APRESENTADO
ooxxxoo
000
REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 357 – ESTRADA DE LEIRIA
= PROPOSTA DE ANTEPROJETO =
A Divisão de Obras Municipais , prestou a sua informação, n.º 334/18, datada de
10 de abril corrente, a colocar à consideração superior, para aprovação, o anteprojeto
da obra acima designada, com custos estimados em 1.134.383,64€, especificando
algumas caraterísticas relevantes



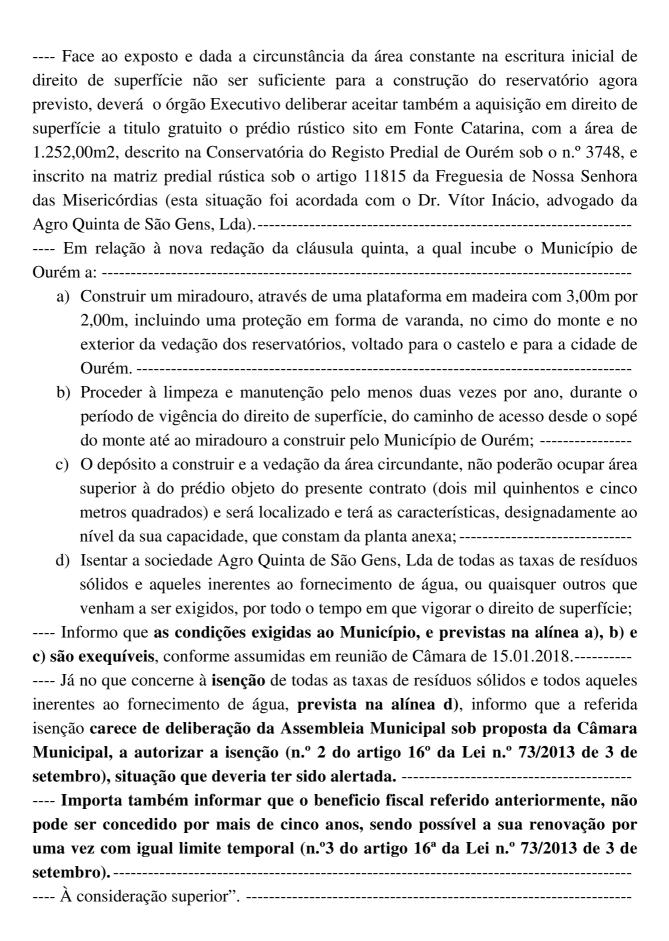




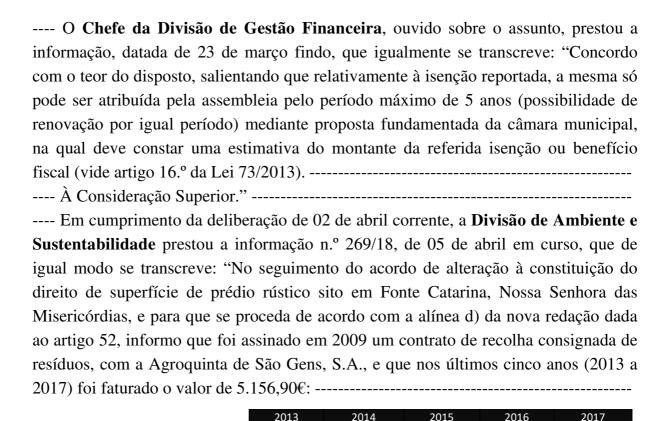
000

RESERVATÓRIO PÚBLICO DE ÁGUA EM SÃO GENS-----









Mais informo que esta é a única taxa/tarifa de resíduos e não é faturada outra
inerente ao fornecimento de água
Face ao referido solicita-se, de acordo com o artigo 34.º do Regulamento Geral de
Taxas e outras receitas do Município de Ourém, a aprovação da isenção da Tarifa de
Recolha Consignada faturada à Agro Quinta de São Gens, S.A., por um período de
cinco anos, sendo o mesmo renovado automaticamente por igual período, enquanto
existirem reservatórios públicos de água no local e não seja manifestado o desejo de
rescisão por qualquer uma das partes
À consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – ALTERAR O DIREITO DE SUPERFÍCIE OUTORGADO POR
ESCRITURA LAVRADA EM 28 DE MAIO DE 2012, NO NOTÁRIO PRIVATIVO DO
MUNICÍPIO, CONSTITUÍDO COM A FIRMA AGRO QUINTA DE SÃO GENS, S.A.,
NO PRÉDIO DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE OURÉM
SOB O N.º 3748 DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS,
PASSANDO A REGER-SE PELAS ALÍNEAS SEGUINTES:

1 029,30 €

1 032,60 €

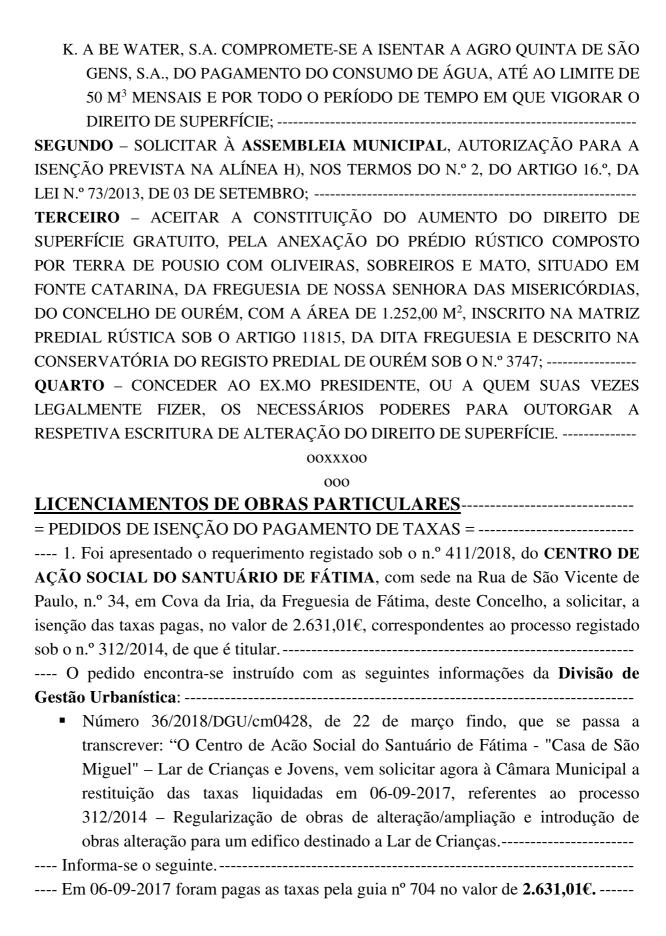
1 035,20 €

1 016,40 €

Tarifa Recolha consignada faturada



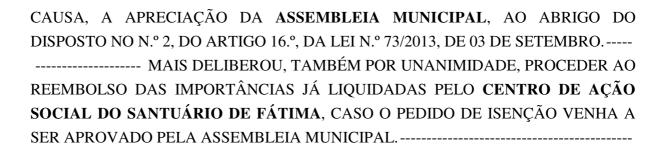
A. O PRÉDIO SOBRE O QUAL É CONSTITUÍDO O DIREITO DE SUPERFÍCIE
DESTINA-SE À CONSTRUÇÃO DO FUTURO RESERVATÓRIO PÚBLICO DE
ÁGUA E À ÁREA DE PROTEÇÃO DO MESMO;
B. O DIREITO DE SUPERFÍCIE É CONSTITUÍDO DE MODO GRATUITO, PELO
PRAZO DE 20 (VINTE) ANOS, RENOVANDO-SE AUTOMATICAMENTE POR
IGUAL PERÍODO, SE NÃO FOR DENUNCIADO COM A ANTECEDÊNCIA DE
180 DIAS;
C. AO DIREITO DE SUPERFÍCIE É ATRIBUÍDO O VALOR DE 5.000,00€ (CINCO
MIL EUROS), PARA EFEITOS DE REGISTO CONTABILÍSTICO;
D. O MUNICÍPIO DE OURÉM OBRIGA-SE A DEMOLIR O RESERVATÓRIO
ENTERRADO;
E. O MUNICÍPIO DE OURÉM OBRIGA-SE A CONSTRUIR UM MIRADOURO NO
CIMO DO MONTE, VOLTADO PARA O CASTELO E PARA A CIDADE DE
OURÉM, ATRAVÉS DE UMA PLATAFORMA DE MADEIRA COM 3,00
METROS X 2,00 METROS, INCLUINDO UMA PROTEÇÃO EM FORMA DE
VARANDA;
F. O MUNICÍPIO DE OURÉM OBRIGA-SE A PROCEDER À LIMPEZA E
MANUTENÇÃO DO CAMINHO DE ACESSO, DESDE O SOPÉ DO MONTE
ATÉ AO MIRADOURO, COM O NIVELAMENTO DO PISO E CORTE DA
VEGETAÇÃO NAS BERMAS, PELO MENOS DUAS VEZES POR ANO
DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE;
G. O DEPÓSITO A CONSTRUIR E A VEDAÇÃO DA ÁREA CIRCUNDANTE DE
PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO, NÃO PODERÁ SER SUPERIOR À DO
PRESENTE CONTRATO DE CEDÊNCIA DE SUPERFÍCIE;
H. ISENTAR A FIRMA AGRO QUINTA DE SÃO GENS, S.A. DE TODAS AS
TAXAS/TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E AS INERENTES AC
FORNECIMENTO DE ÁGUA, PELO PERÍODO DE 5 (CINCO) ANOS
RENOVÁVEL POR IGUAL PERÍODO, ATÉ AO LIMITE DE 50 M³ MENSAIS DE
ÁGUA;
I. O MUNICÍPIO DE OURÉM COMPROMETE-SE A MONITORIZAR A
CAPTAÇÃO PERTENCENTE À FIRMA AGRO QUINTA DE SÃO GENS, S.A.;
J. A BE WATER, S.A. COMPROMETE-SE A IMPLANTAR UM MARCO DE
ÁGUA, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VIATURAS DOS
BOMBEIROS, EM LOCAL TECNICAMENTE VIÁVEL, O MAIS PRÓXIMO
POSSÍVEL DO DEPOSITO DE ÁGUA A CONSTRUIR;

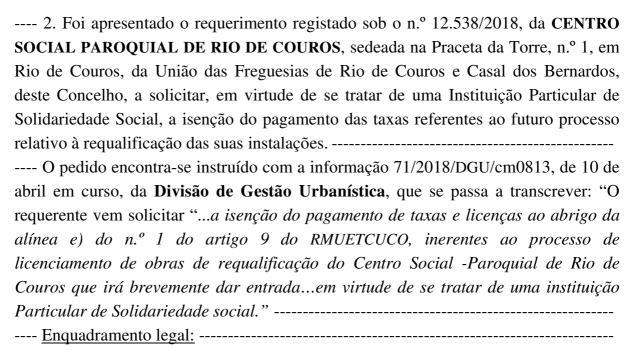




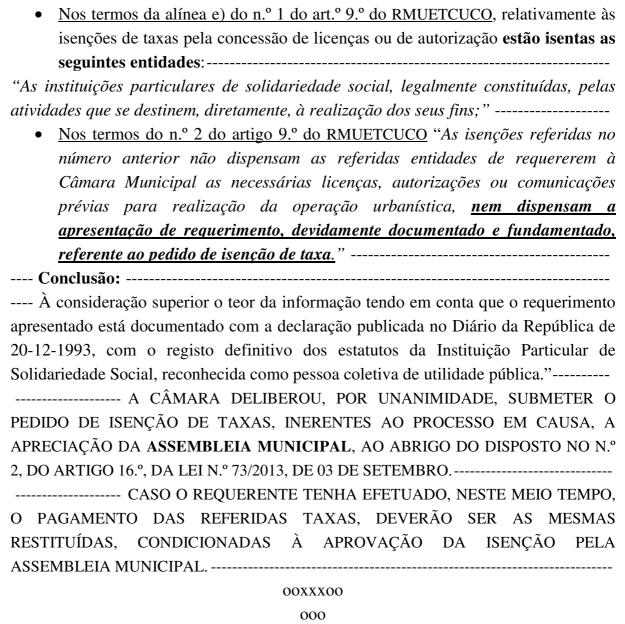
Em 14-09-2017, foi emitida a licença de obras de alteração/ampliação nº 133/2017
Em 08-03-2018, deu entrada o pedido de prorrogação da licença de obras nº
133/2017 – por mais 3 meses, requerimento nº 410/2018
As isenções de taxas encontram-se definidas no art.º 34º. do Regulamento e tabela
de Taxas do Município de Ourém
Nos termos da alínea e) do nº 1 do art.º 9º do RMUETCUCO – Regulamento
Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho do Ouróm, os Instituições Particulares do Solidariodado Social logalmento
Concelho de Ourém, as Instituições Particulares de Solidariedade Social legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos fins, estão
isentas de taxas
Nos termos do n.º 2 do art.º 9º do RMUETCUCO, as isenções referidas não
dispensam a apresentação de requerimento, devidamente documentado e
fundamentado, referente ao pedido de isenção de taxa
O requerimento apresentado está documentado com a publicação no Diário da
Republica de 11-12-1995, com o registo definitivo dos estatutos da Instituição
particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade
pública
Deixa-se à consideração superior o seguinte:
1 - Isentar a taxa já paga no valor 2.631,01€ e a taxa no valor de 35,10€, pela
prorrogação da licença nº 133/2017, que anda a decorrer pelo reqº 410/2018
2 – Proceder à devolução da taxa paga no valor de 2.631,01€, conforme guia de
pagamento em anexo.";
■ Datada de 23 de março findo, a dar conta de que o montante a devolver é de
2.612,35€, que não inclui o livro e o anexo
O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no
processo uma informação, datada de 02 do corrente mês, da dar conta de que a despesa
emergente do pedido em assunto, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos
termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em
montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos
Pagamentos em Atraso
Mais dá conta de que a citada devolução, está condicionada a autorização da
isenção por parte da Assembleia Municipal
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SUBMETER O
PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS, CORRESPONDENTES AO PROCESSO EM





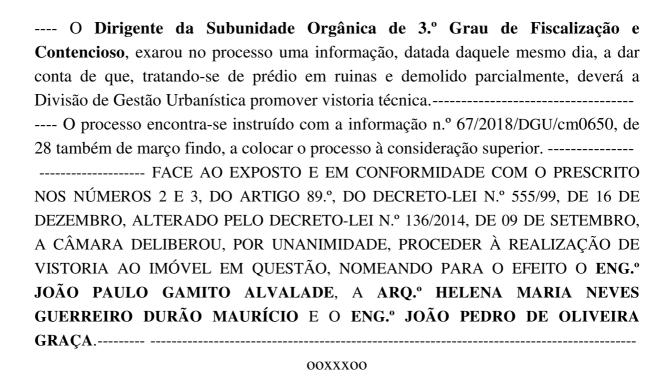


- Nos termos do n.º1 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém: "Estão isentos do pagamento de taxas as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal" e nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos que não tenham caráter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, estão isentos de pagamento de todos os impostos previstos na presente lei, com exceção da isenção do IMI dos edifícios não afetos a atividades de interesse público."-----
- Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a que se refere o presente regulamento. ------



<u>BENEFICIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E SALUBRIDADE</u> <u>PUBLICAS</u> ------





<u>LOTEAMENTO URBANO</u> -----

000

---- <u>Histórico do processo:</u> ------

- Em 12-01-2012 a requerente Maria Ascensão Dias Ramalho Esménio, solicita a receção definitiva ao loteamento 7/2004 bem como a anulação da garantia bancária, informando que não tem o livro de obra. ------
- A requerente pagou a vistoria para a realização definitiva o loteamento, e, em 30-04-2012, foi realizada a referida vistoria. A comissão referiu, no Auto de Recção Definitiva (f1.17), que: "...Relativamente à infraestrutura de água do loteamento, a Veolia verificou a existência de anomalias, que devem ser reparadas.... Devem ser descobertas e colocadas à cota do pavimento, duas cabeças móveis de válvulas de seccionamento dos ramais



de abastecimento; desbaste das ervas dos terrenos , para podermos ter acesso à infraestrutura. Em conclusão, atendendo às anomalias assinaladas pela Veolia, o loteamento não se encontra em condições de ser rececpionado definitivamente pelo que se solicita à requerente que proceda às reparações indicadas pela Veolia, no prazo de 30 dias."------

- No seguimento do despacho da chefe de DGU de 30/08/2012, "solicitar ao requerente que proceda às reparações indicadas pela Veolia.", a requerente, entregou uma exposição, em 25/10/2012, a solicitar a libertação da garantia bancária e a receção definitiva, uma vez que as obras mencionadas no auto já tinham sido realizadas conforme solicitado.-----
- Em 29-09-2014 a chefe da DGU emite o seguinte despacho "Propõe-se que seja marcada uma nova vistoria para verificar se as obras mencionadas no auto de recepção definitiva elaborado em 30/04/2012, já foram executadas. À consideração superior a decisão a tomar." A Vereadora Lucília Vieira emite o seguinte despacho: "Entendo que a situação reveste muita complicação, pelo que deveremos ver com a Dra. Fernanda Paula Oliveira forma de não rececionar este loteamento".------

REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA AO LOTEAMENTO EM QUESTÃO, CONFORME REFERIDO NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA. ------

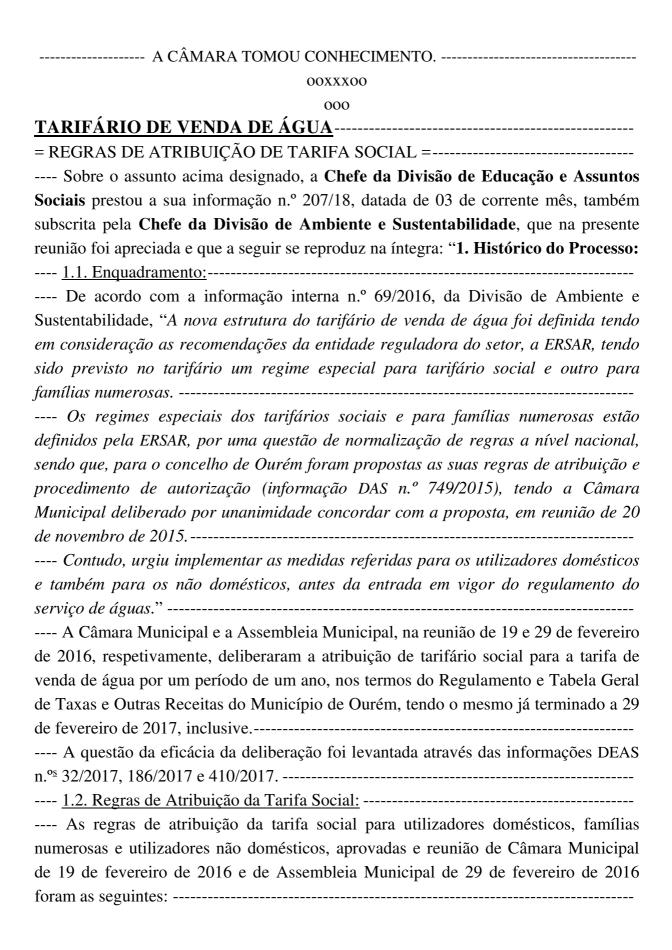
ooxxxoo

000

REDE MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA-----

- = REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE OURÉM NA REDE =-----
- ---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 12.016/2018, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém, a dar conta de que, no âmbito do assunto mencionado em subtítulo, designou como sua representante na Rede Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, a Técnica Superior Tânia Patrícia Neves Pires.







<u>1.2.1. Tarifário Social - Utilizadores Domésticos:</u>
Incidência: Utilizadores Domésticos numa situação de carência económica
comprovada pelo sistema de segurança Social, isto é, o benefício de pelo menos uma
das seguintes prestações sociais:
a) Complemento Solidário para Idosos;
b) Rendimento Social de Inserção;
c) Subsídio Social de Desemprego;
d) 1.º Escalão de Abono de Família;
e) Pensão Social de Invalidez
Regras de Aplicação: Isenção das tarifas de disponibilidade e alargamento do 1.º
escalão (0 a 15m^3)
<u>1.2.2. Tarifário Social – Famílias Numerosas:</u>
Incidência: Utilizadores Doméstico cuja composição do agregado familiar
ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação
servida)
Regras de Aplicação: Alargamento dos escalões da tarifa variável por cada
membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos, do seguinte modo:
a) Para cinco elementos: + 3 m³ faturados no 1.º escalão (0 a 8m³);
b) Para seis elementos ou mais: + 6 m³ faturados no 1.º escalão (0 a 11m³)
Os Editais n.º 5/2016, n.º 91/2016 e n.º 102/2017, que estabelecem os valores a
praticar pela Be Water, S.A. durante os anos 2016, 2017 e 2018, respetivamente,
preveem apenas um tarifário para famílias numerosas em que o 1.º escalão vai dos 0
aos 11m ³
<u>1.2.3. Tarifário Social – Utilizadores Não Domésticos:</u>
Incidência: Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ou entidades que
sejam legalmente constituídas e que sejam sem fins lucrativos
Regras de Aplicação:
a) Aplicação da tarifa de disponibilidade aplicável a utilizadores domésticos,
quando a disponibilidade do serviço seja equivalente à de utilizadores
domésticos, corresponde a uma redução de 50% do valor da tarifa de
disponibilidade para contadores calibre menor ou igual a 20mm;
b) Aplicação da tarifa variável do 2.º escalão aplicável a utilizadores domésticos,
corresponde a uma redução de 50% (enquadrável no n.º1, do artigo 35.º do
Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de
Ourém, Edital n.º 187/2010, de 09 de março)
1.3. Enquadramento Regulamentar:



---- O Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, Edital n.º 187/2010, de 9 de março de 2010, em vigor, com as atualizações do Edital n.º 102/2017, prevê: ------

- No Capítulo XVIII, do Anexo I, da Tabela Geral o "Abastecimento Público de Água".-----

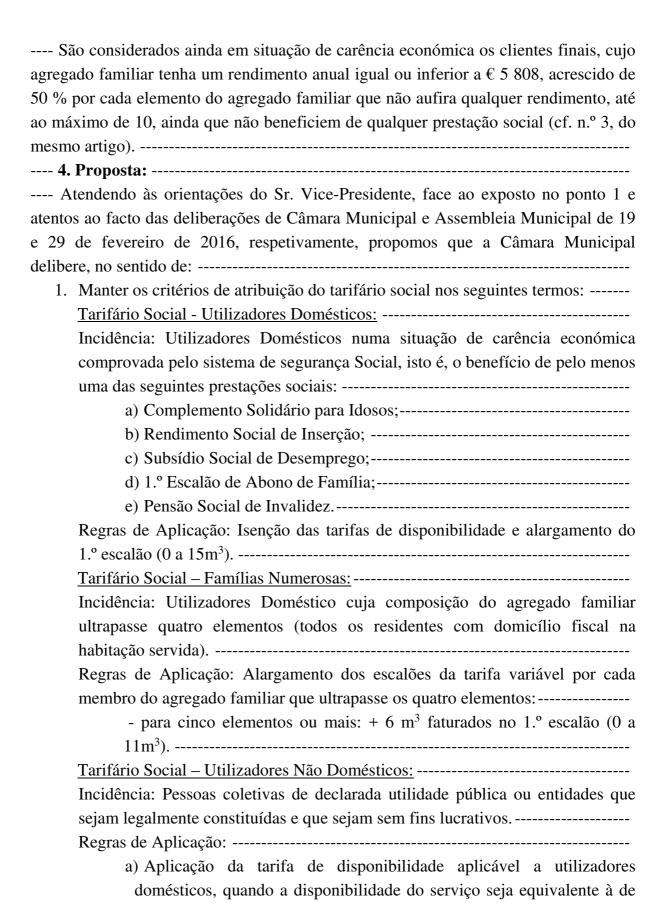
---- <u>1.4. Tarifário da Água</u>-----

Edital n.º 102/2017 Tarifário de Água (Base Mensal – 30 dias)				
Valor (€)				
0,7321				
2,1961				
4,3923				
0,7321				
1,0981				
2,1961				
4,3923				

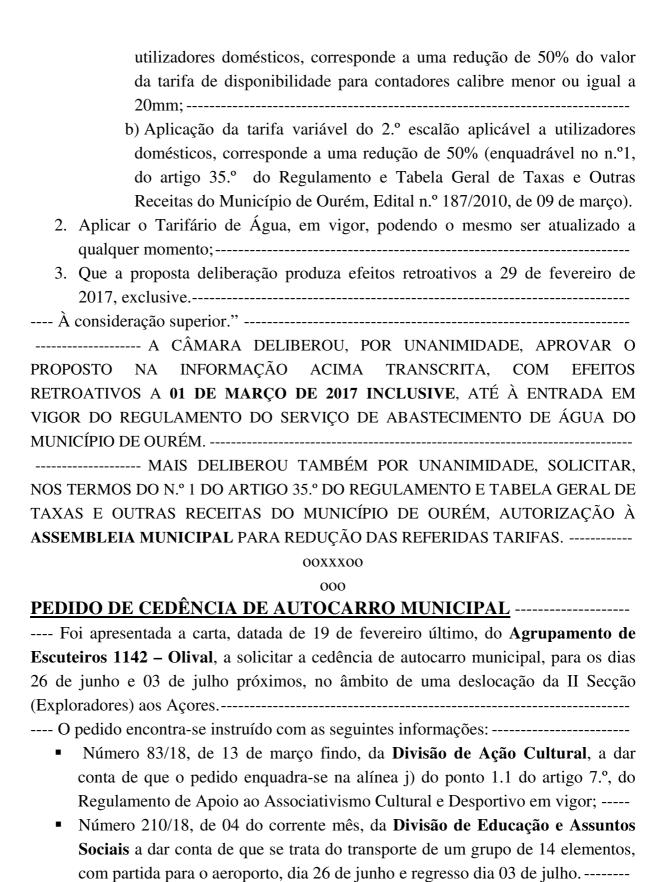


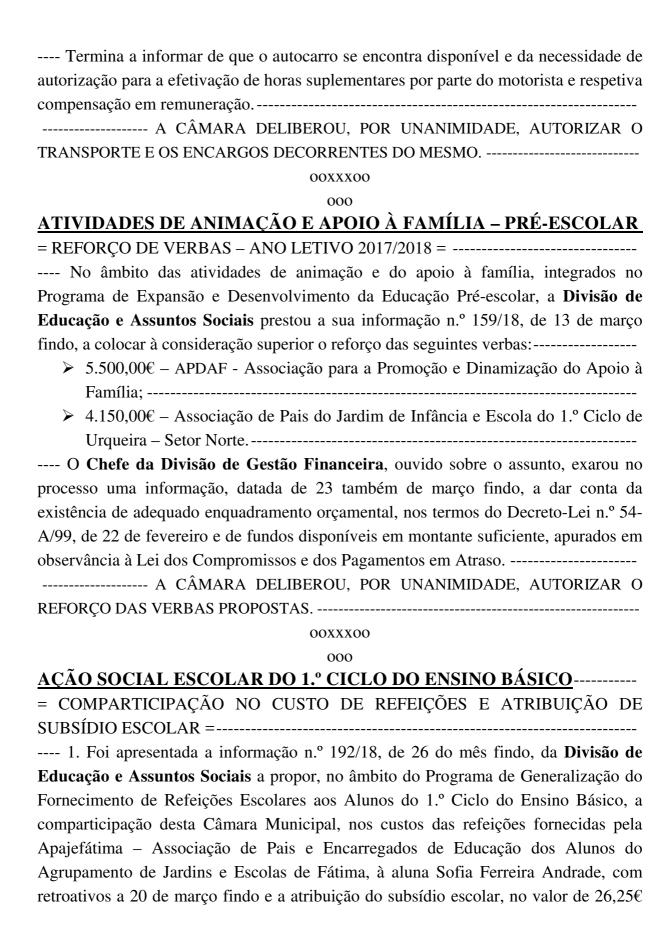
Escalão único	1,0981
Tarifa de Disponibilidade (Preço Fixo)	Valor (€)
<u>Utilizadores Domésticos</u>	
≤ 25mm	5,5447
Social	Isento
>25mm	11,0893
<u>Utilizadores Não Domésticos - Social</u>	
≤ 20mm	5,5447

2. Impacto Financeiro:
O impacto financeiro decorrente da aplicação dos tarifários sociais é assumido pela
empresa concessionária, até ao limite de 120 mil euros anuais, nos termos da sentença
do Tribunal Arbitral, sendo o remanescente da responsabilidade da entidade titular
(Município de Ourém), na figura de subsídio correspondente à diferença entre o valor
da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e a resultante da aplicação do
tarifário social (excedente de 120 mil euros)
3. Decreto-Lei n.º 147/2017, de 05 de dezembro:
O Decreto-lei n.º 147/2017, de 05 de dezembro, que estabelece "o regime de
atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas (tarifa social), a
atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do
fornecimento dos serviços de águas, prevê que "são elegíveis para beneficiar da tarifa
social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que
se encontrem em situação de carência económica" (n.º 1, do art. 2.º)
Mais prevê, no n.º 2, do artigo 2.º, que se encontram em situação de carência
económica as pessoas beneficiárias de:
a) Complemento solidário para idosos;
b) Rendimento social de inserção;
c) Subsídio social de desemprego;
d) Abono de família;
e) Pensão social de invalidez;
f) Pensão social de velhice

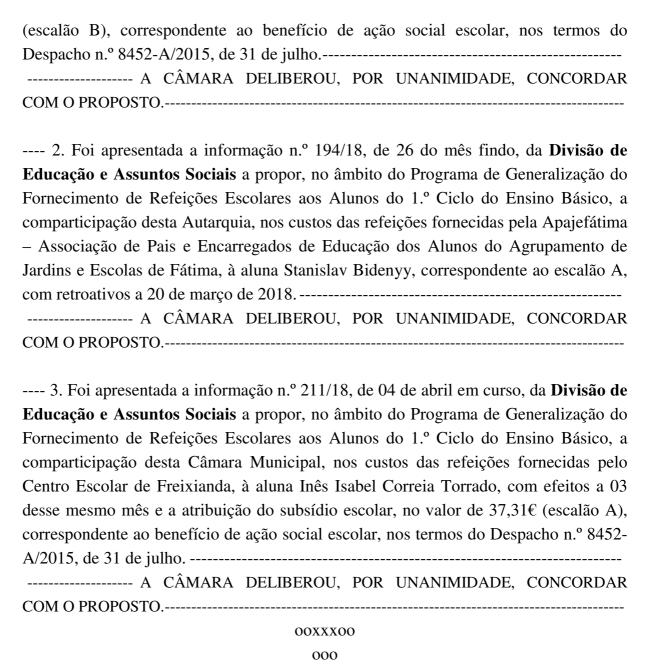






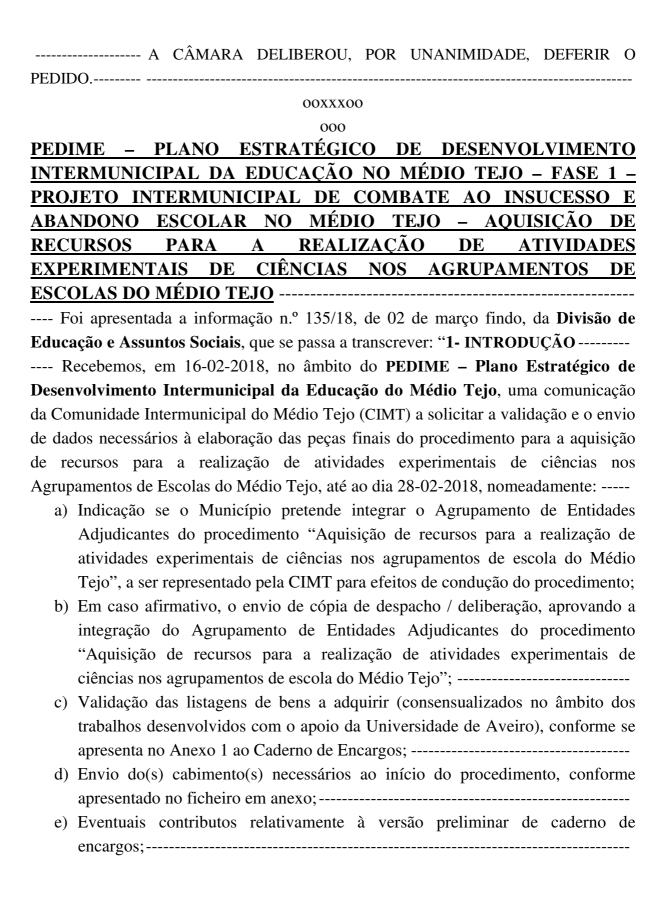




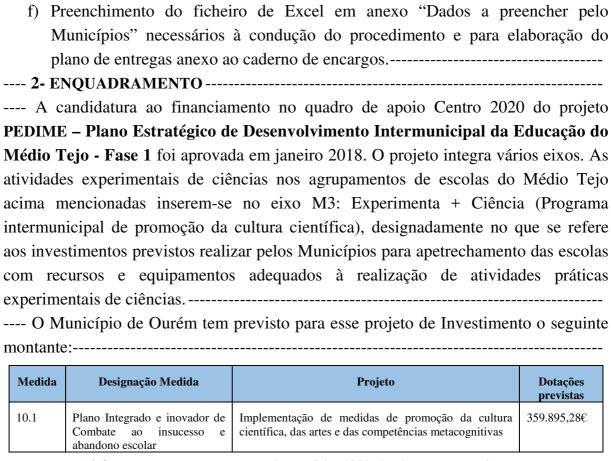


PEDIDO DE APOIO DE AÇÃO SOCIAL DIRETA -----









• Promover o desenvolvimento do raciocínio, do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas.------



- Contribuir para a valorização das Ciências, promovendo a literacia científica. --
- Desenvolver nos alunos competências científicas; -----
- Proporcionar aos alunos experiências diversificadas de aprendizagem. -----
- Contribuir para o aprofundamento da partilha de conhecimento científico e técnico entre os docentes. -----
- Tornar o trabalho colaborativo uma prática corrente no ensino das Ciências. ----

---- Assim, com base no estudo realizado pela Universidade de Aveiro, foi prevista a aquisição de um conjunto de recursos materiais identificados pelos técnicos em função do número de alunos de cada estabelecimento de ensino bem como de uma bancada móvel para realização das experiências. ------

---- Foi prevista a aquisição de materiais e equipamentos num montante estimado em **108.986,25€**, tendo sido o mesmo alvo do devido enquadramento orçamental (SGD 23072/2017). ------

Estabelecimento de ensino	Tipologias dos espaços previstos	Bancadas a adquirir	Montante Bancadas (C/IVA)	Recursos materiais necessários	Montante recursos previstos	Número de recursos	Montante Total			
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes	2 salas de ciências e 3 cantinhos das ciências	5	1 371,45 €	Recursos Cantinho	900,00 €	3	17 557,25 €			
Perdigão - Caxarias				Recursos Sala	4 000,00 €	2				
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	5 salas de ciências e 1 cantinhos das	6	1 371,45 €	Recursos Cantinho	900,00 €	1	29 128,70 €			
	ciências	ciências					Recursos Sala	4 000,00 €	5	
Agrupamento de Escolas de Ourém	11 salas de ciências e 3 cantinhos das ciências	e 3 das	1 371,45 €	Recursos Cantinho	Cantinho 900,00 € 3	62 300,30 €				
					Recursos Sala	4 000,00 €	10			
				Recursos Sala	400,00€	1				
		25				25	108 986,25 €			

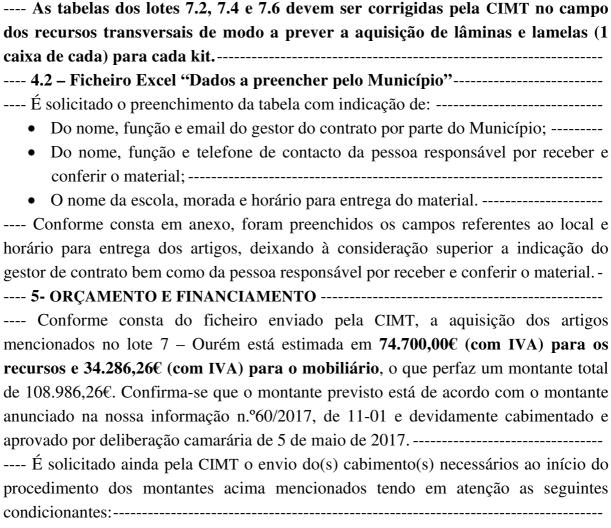
---- Foi ainda previsto o início do projeto a 01-06-2017, a sua conclusão a 31-07-2018, bem como o custo total de 115.106,00€ esperando o financiamento pelo Fundo Social Europeu de 85% do mesmo, ou seja 97.319,00€, devendo a CIMT promover um concurso aglomerador de todos as propostas dos Municípios de modo a obter economia de escala e rentabilizar o estudo da Universidade de Aveiro. No entanto, tendo em conta que a candidatura foi apenas aprovada em janeiro 2018, a CIMT alterou o prazo final do projeto para novembro 2019.------

---- 4- ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO ENVIADA PELA CIMT -----

---- 4.1 – Anexo 1 do caderno de encargos-----

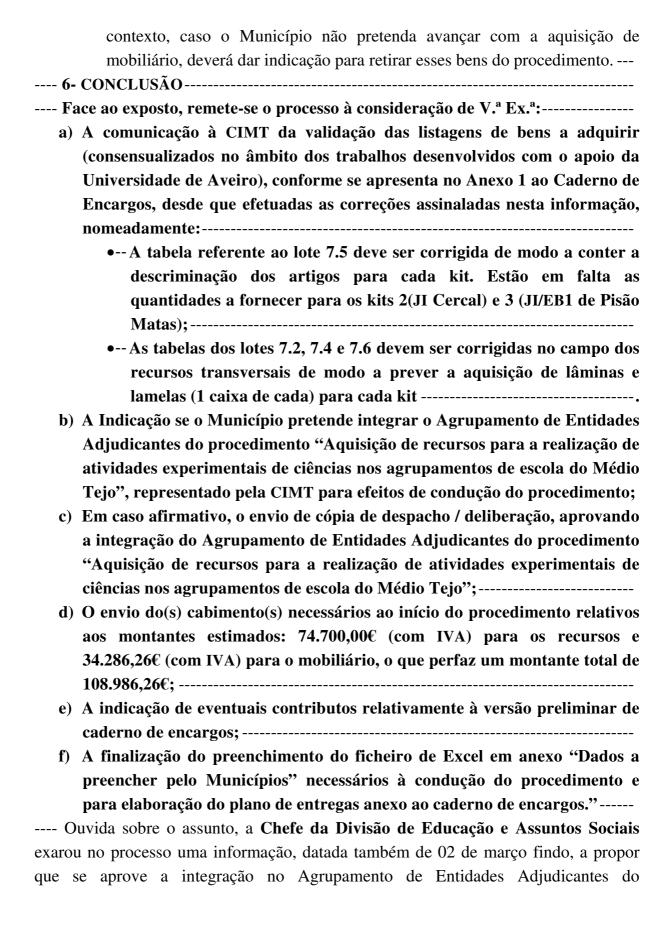
---- Conforme solicitado, procedeu-se à análise do Anexo 1 ao caderno de encargos com base nas listagens de recursos P1 ajustados aprovadas em junho 2017 pelos Agrupamentos de Escolas do Concelho. ---------- O Anexo 1 é composto pelas listagens dos bens a adquirir, por lote/município, nomeadamente: -----Lote 7. Listagem 7.1 PE – AE Cónego MP -----Lote 7. Listagem 7.2 1CEB – AE Cónego MP-----Lote 7. Listagem 7.3 PE – AE Conde Ourém -----Lote 7. Listagem 7.4 1CEB – AE Conde de Ourém -----Lote 7. Listagem 7.5 PE – AE Ourém -----Lote 7. Listagem 7.6 1CEB – AE Ourém --------- Os lotes 7.1, 7.3 e 7.5 referem-se ao material a adquirir para os Cantinhos das Ciências previstos para apetrechar os Jardins de Infância (quando edifício separado da EB1) ou as EB1/JI de pequena dimensão em número de alunos. Os mesmos preveêm uma bancada de trabalho móvel com armário e gavetas e um lote de recursos materiais identificados pela Universidade de Aveiro como Prioridade 1. --------- Comparada a listagem aprovada em junho 2017 com a listagem anexa ao caderno de encargos, verificou-se que foram efetuados pequenos reajustes quantos aos materiais, nomeadamente a inserção de espelhos cilíndricos inquebráveis, um conjunto de 3 espelhos planos retangulares inquebráveis com as extremidades limadas e um conjunto de 3 periscópios em vez de 2 como inicialmente previsto, o que nos parece ajustado. --------- A tabela referente ao lote 7.5 deve ser corrigida pela CIMT de modo a conter a descriminação dos artigos para cada kit. Estão em falta as quantidades a fornecer para os kits 2(JI Cercal) e 3 (JI/EB1 de Pisão Matas). --------- Os lotes 7.2, 7.4 e 7.6 referem-se ao material a adquirir para os Cantinhos das Ciências previstos para apetrechar as EB1/JI e os Centros Escolares com uma sala de ciência. Os mesmos preveem uma bancada de bancada de trabalho móvel com armário e gavetas e um lote de recursos materiais identificados pela Universidade de Aveiro como Prioridade 1.--------- Comparada a listagem aprovada em junho 2017 com a listagem anexa ao caderno de encargos, verificou-se que foram efetuados pequenos reajustes quanto aos materiais, nomeadamente a inserção de um conjunto de 3 periscópios em vez de 2 como inicialmente previsto, alteração que nos parece ajustada. -----





- No caso da aquisição de mobiliário, está aprovado em candidatura o cofinanciamento FSE de 85% do valor de amortização anual dos bens, pelo período de 2 anos (podendo vir a ser submetido em candidatura seguinte fase 2 os valores anuais de amortização de anos seguintes). A despesa, neste caso, deverá ser enquadrada em rubrica de despesa de capital. Neste





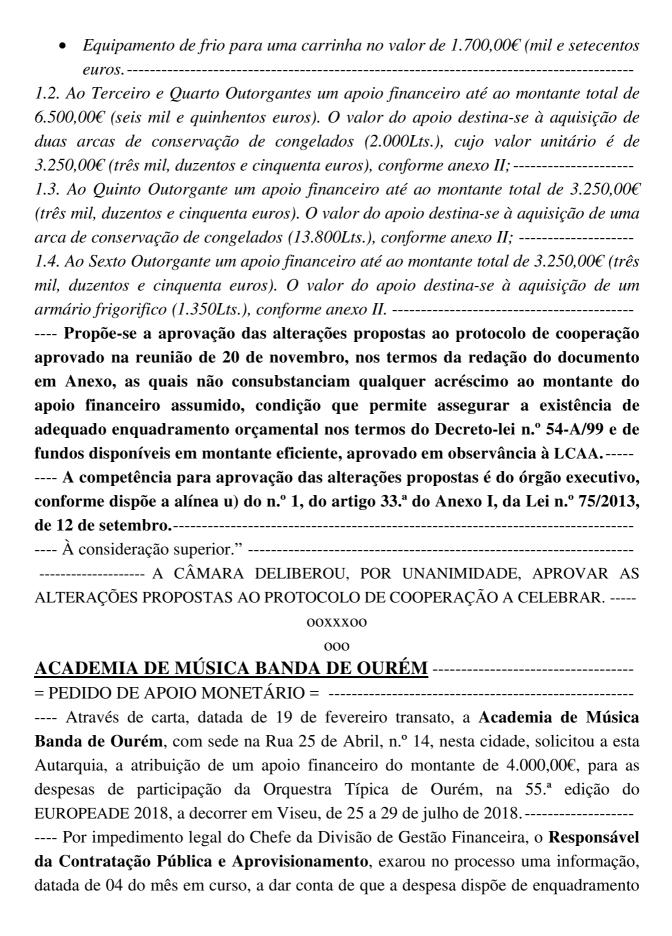


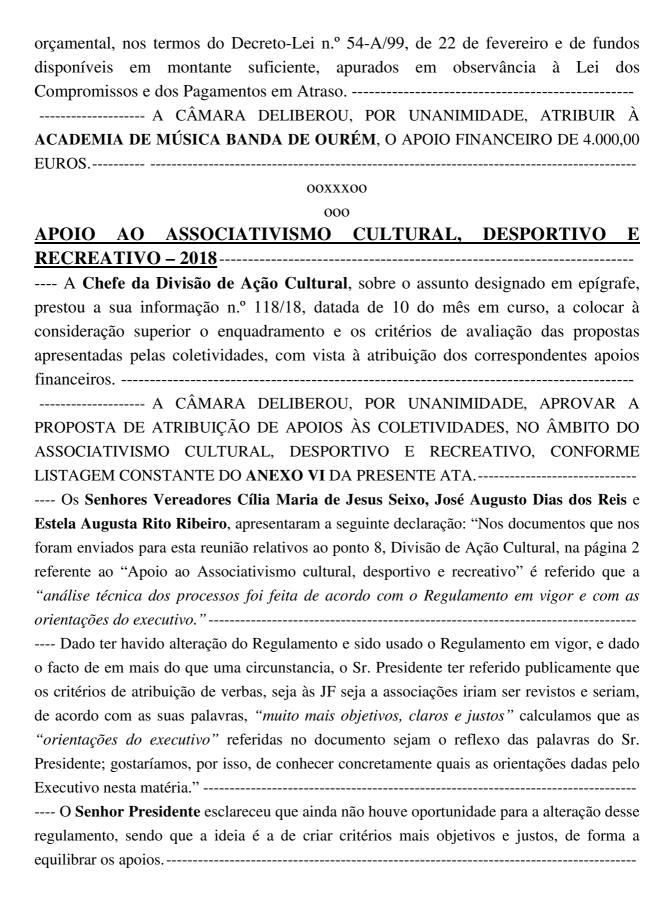
procedimento de "Aquisição de recursos para a realização de atividades experimentais de ciências nos agrupamentos de escola do Médio Tejo" e a correção das listagens do lote 7, com indicação das correções das tabelas aos lotes 7.2, 7.4, 7.5 e 7.6 efetuada depois da verificação dos elementos técnico-pedagógicos do procedimento.--------- O processo encontra-se instruído com a informação, datada de 02 de abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que a despesa emergente, resultante da participação do Município no projeto de investimento em referência (a executar pela CIMT), dispõe de enquadramento orçamental nos termos do Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em ---- O Senhor Presidente exarou no processo o despacho, datado também de 02 de abril em curso, que se passa a transcrever: "Concordo com a informação da Chefe da DEAS pelo que aprovo o proposto. --------- Comunique-se à CIMT.--------- À reunião p/ ratificação". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITO. ----------- MAIS DELIBEROU TAMBÉM, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A DESPESA PROPOSTA E CONSIDERANDO QUE RECENTEMENTE, A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO REFORMULOU A FORMA DE REALIZAÇÃO DESTA DESPESA, DEVERÁ A MESMA SER ENQUADRADA FINANCEIRAMENTE. -ooxxxoo 000 EXPANSÃO E **PROGRAMA** DE **DESENVOLVIMENTO DA** EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR-----



PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS M	MAIS
CARENCIADAS (POAPMC)	
= ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO =	
Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, na reunião de 20 de novo	
de 2017, a Câmara deliberou aprovar os termos do protocolo então proposto	pela
Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais	
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído c	om a
informação n.º 222/18, de 10 de abril corrente, da Chefe da Divisão de Educa	ıção e
Assuntos Sociais, também subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Finan	ceira,
que a seguir se reproduz na íntegra: "1. Enquadramento	
No âmbito da candidatura ao POAPMC - Programa Operacional de Apo	oio às
Pessoas Mais Carenciadas foi aprovado, por unanimidade, em reunião de C	âmara
Municipal de 20 de novembro de 2017, os termos do Protocolo de Cooperaçã	o que
visa dar um apoio financeiro, num montante total de 20.100€, às institu	uições
particulares de solidariedade social que se candidataram ao POAPMC para a aqu	isição
de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa	
Quando remetido os termos do Protocolo de Cooperação às entidades, as m	esmas
solicitaram alterações ao mesmo, tendo-se realizado uma reunião com tod	os os
interessados a 22 de fevereiro de 2018	
A 13 de março de 2018 foram realizadas visitas para verificação das alteração	ões ao
protocolo, a saber: Centro de 3.ª Idade de Gondemaria, Centro Social e Paroqu	ial da
Freixianda e Centro Social da Ribeira do Fárrio	
2. Proposta de Alteração ao Protocolo de Cooperação aprovado a	20 de
novembro de 2017	
Cláusula Primeira - "Constitui objeto do presente Protocolo de Coopera	ção a
atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar a aquisição de arc	as de
conservação de congelados ou armário frigorifico, para as entidades mediado	ras, e
equipamento de frio para uma carrinha, para o polo de receção, de acordo c	om as
caraterísticas elencadas nos Anexos-I e II, dotando as instituições de me	lhores
recursos no cumprimento dos objetivos e diretrizes previstos no POAPMC."	
Cláusula Segunda – " 1. O Primeiro Outorgante atribui:	
1.1. Ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 7.100,00 €	E (sete
mil e cem euros), o qual corresponde a 100% do valor total do investimento pr	evisto
executar. O valor do apoio destina-se à aquisição de:	
• Uma arca de conservação de congelados (8.000Lts), no valor de 5.40)0,00€
(cinco mil e quatrocentos euros);	



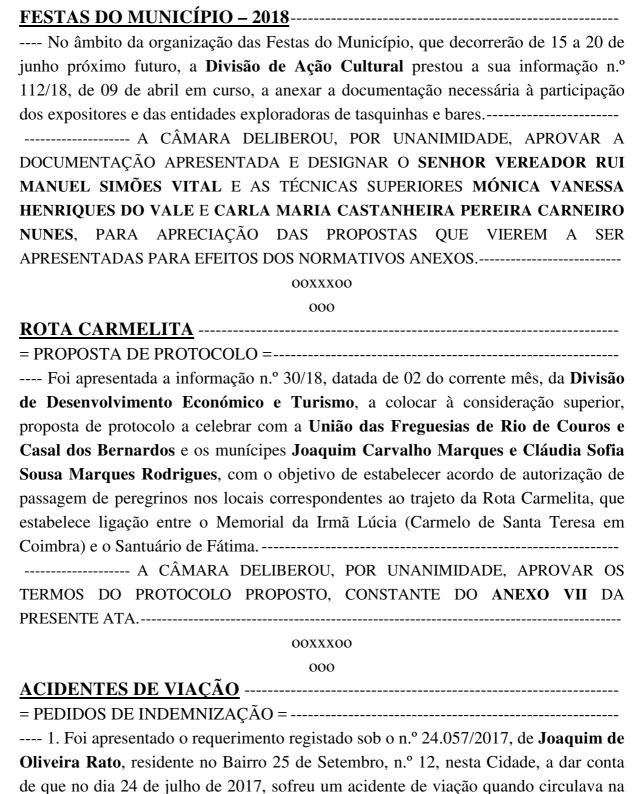




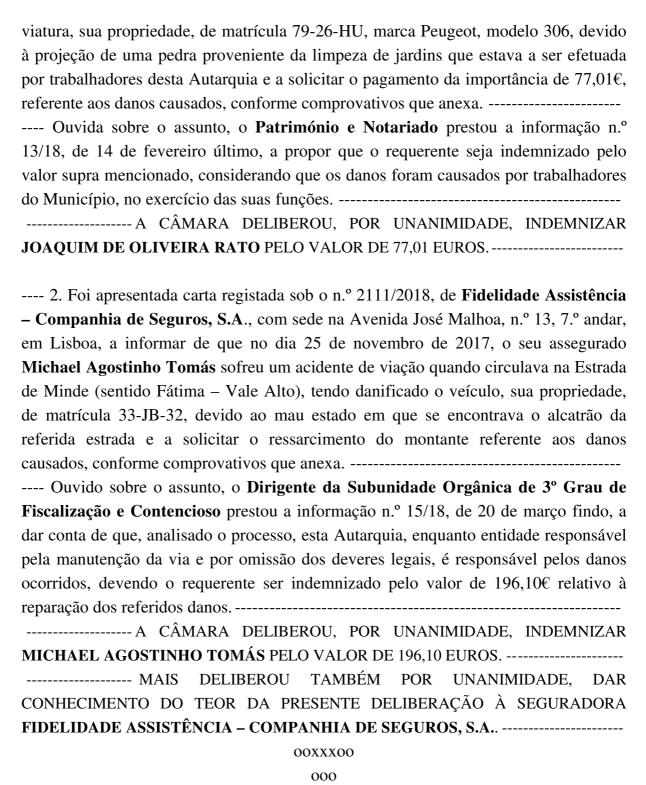


ooxxxoo

000



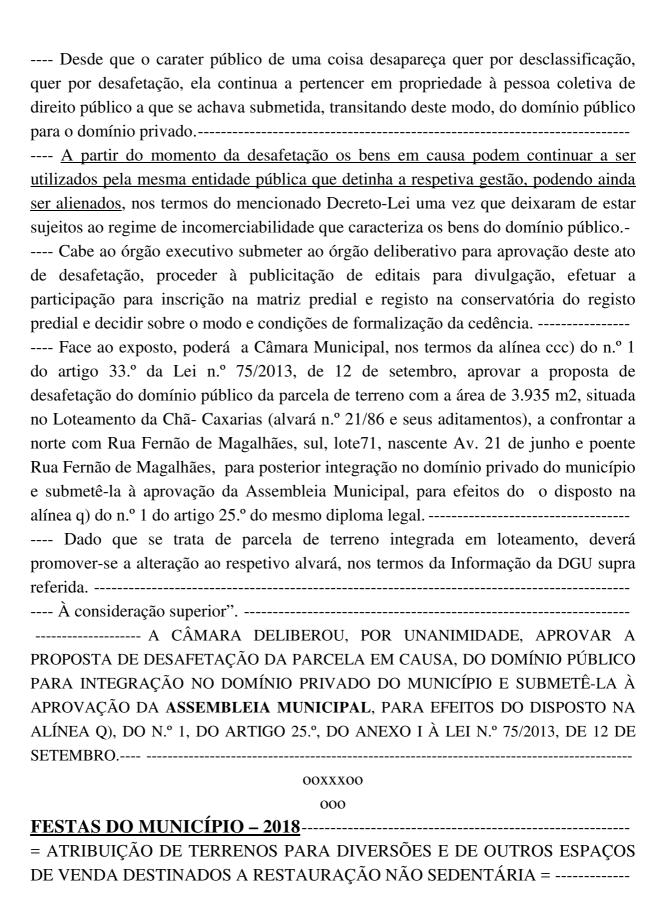
Rua do Mercado (ao contornar a rotunda), também nesta cidade, tendo-se danificado a

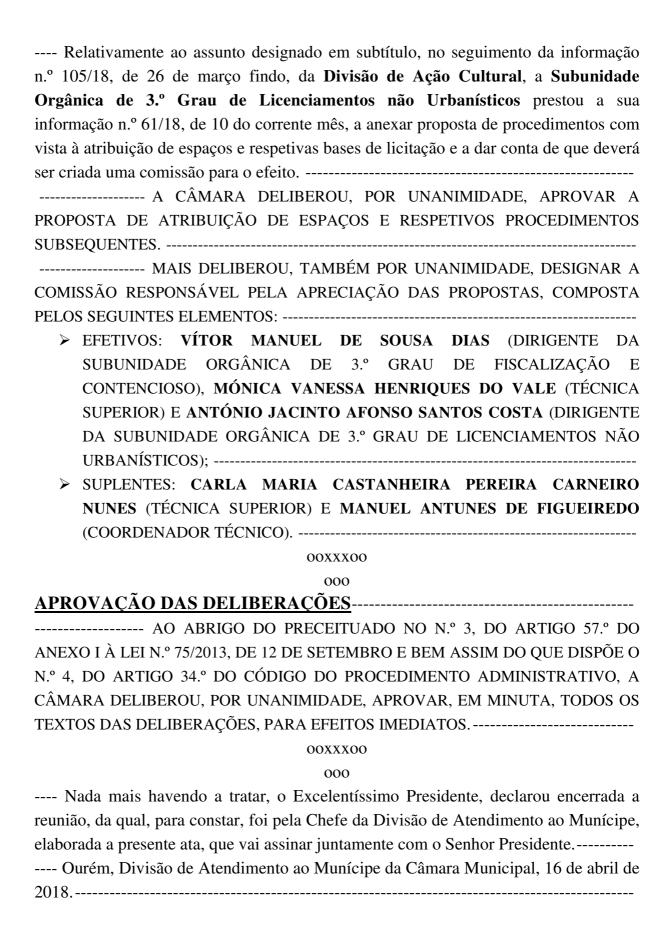


PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO N.º 21/86 – ZONA INDUSTRIAL DE CHÃ – CAXARIAS------

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 9088/2018, da firma **Fametal – Fábrica Portuguesa de Estruturas Metálicas, S.A.**, com sede na Avenida 21 de

Junho, n.º 123, em Caxarias, deste Concelho, a requerer, face à necessidade de ampliação das suas instalações fabris, a cedência, por parte desta Câmara Municipal, da parcela sita a Norte, conforme planta de localização que anexa. ---------- Ouvido sobre a pretensão, o Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização de Contencioso prestou a informação n.º 19/18, de 06 do corrente mês, qua a seguir se reproduz na íntegra: "É solicitada informação sobre a possibilidade de alienação de uma parcela de terreno que pertence ao domínio público municipal, à luz do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.--------- Conforme despacho do Sr. Presidente, cumpre informar. ---- A Câmara Municipal emitiu ao lavará de loteamento n.º 21/86, a favor da Junta de Freguesia de Caxarias. ---------- De acordo com aquele loteamento, alterado por deliberação de Câmara de 11 de maio de 1987, foi cedida a área de 32.000 m2, para domínio público destinada a zonas verdes. --------- Nos termos do n.º 2 do artigo 202.º do Código Civil e do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 280, de 7 de agosto de 2007, os imóveis do domínio público estão fora do comércio jurídico, não podendo ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumentos de direito privado, não são suscetíveis de aquisição por usucapião (artigo 19.°) e são absolutamente impenhoráveis (artigo 20.°). ---------- No entanto, esses bens podem ser desafetados do domínio público de forma tácita ou expressa incorporando-se no domínio privado da pessoa jurídica de direito público, se deixarem de satisfazer o interesse coletivo. A desafetação será tácita, por força de alteração de circunstâncias, ou expressa por lei ou ato administrativo que declare não dominial o bem (Marcello Caetano in- Manual de Direito Administrativo- Tomo II). ------ O artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 280, de 7 de agosto de 2007, estabelece que quando sejam desafetados das utilidades que justificam a sujeição ao regime da dominialidade, os imóveis deixam de integrar o domínio público, ingressando no domínio privado (..) das autarquias locais.--------- A desafetação ocorre sempre que uma coisa deixa de servir ao seu fim de utilidade pública e passa a estar nas condições comuns aos bens do domínio privado da administração--------- A desafetação significa que a coisa perdeu o caráter público e ficou pertencendo ao domínio privado da pessoa coletiva de direito público sua proprietária.--------- Deve salientar-se que a desafetação de bem do domínio do domínio público e sua consequente incorporação no domínio privado da entidade pública terá de ser devidamente fundamentada em razões de interesse público. -----







O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 16/04/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de ata Reunião de Câmara de 02 de abril de 2018.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho Proposta de continuidade de apoio financeiro Informação n.º 157/18, de 10 de abril em curso, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 10.533/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Luciano Ribeiro;
 - 2. Carta registada sob o n.º 11.671/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido da firma Lucrafa Construções, Limitada;
 - 3. Carta registada sob o n.º 11.672/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de David Alves.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

= Devolução de verba – Informação n.º 1/18, datada de 04 de abril em curso, do Serviço de Atendimento ao Munícipe.

2.1. EXPEDIENTE

- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A.:
 - 1. Plano de Internalização Errata Ofício n.º 128/2018, de 04 de abril em curso, da empresa municipal;
 - 2. Relatório e Contas Ano económico 2017 Ofício n.º 130/2018, de 06 de abril em curso, da empresa municipal.

2.2. RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

- = 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2018 Informação n.º 45/18, de 10 do corrente mês, dos Recursos Humanos e Segurança no Trabalho;
- = Abertura de procedimentos concursais comuns para ocupação de dois postos de trabalho, para a carreira/categoria de assistente operacional Proposta n.º 6, de 06 de abril em curso, do Senhor Presidente da Câmara;
- = Abertura de procedimentos concursais comuns para ocupação de postos de trabalho, para a carreira/categoria de técnico superior e de assistente operacional Proposta n.º 7, datada de 09 de abril em curso, do Senhor Presidente;



= Abertura de doze procedimentos concursais comuns para admissão de trabalhadores, distribuídos pelas carreiras/categorias de técnico superior e assistente técnico, por inerência à dissolução da Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos E.M., S.A. – Proposta n.º 8, de 09 de abril em curso, do Senhor Presidente.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2017;
- = Conservação, vigilância e limpeza do Parque da Cidade António Teixeira e do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Informação n.º 37/18, de 04 de abril corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Espite Aventura Associação do Conhecimento de Espite Proposta de protocolo Informação n.º 38/18, de 06 de abril corrente, do Chefe da DGF;
- = Centro Desportivo de Fátima Proposta de contrato-programa Informação n.º 39/18, de 09 de abril em curso, do Chefe da DGF;
- = Recuperação do Antigo Hospital de Santo Agostinho e Casa da Eira Alteração ao protocolo com a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida Informação n.º 40/18, de 09 de abril em curso, do Chefe da DGF;
- = 1.ª Revisão orçamental Ano económico de 2018 Informação 41/18, datada de 10 abril em curso, do Chefe da DGF.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Contratos de aluguer de viaturas Cedência da posição contratual:
 - 1. Informação n.º 157/18, de 27 de março findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
 - 2. Informação n.º 160/18, de 27 de março findo, da CPA;
 - 3. Informação n.º 161/18, de 27 de março findo, da CPA;
 - 4. Informação n.º 162/18, de 27 de março findo, da CPA.

3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Proposta de arrendamento dos edifícios A e B, sitos em Agroal Informação n.º 40/18, de 23 de março findo, do Património e Notariado (PN);
- = Propostas de protocolos de cedência de viaturas às Freguesias Informação n.º 45/18, de 06 de abril corrente, do PN.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedido de materiais Carta registada sob o n.º 12.551/2018, da Freguesia de Caxarias, sobre pedido de Paulo Marques Simões;
- = P022/2010 Rede de esgotos domésticos Ampliação da rede de coletores Rua dos Marmeleiros Atouguia Ourém Regularização do processo Informação n.º 275/18, de 22 do mês findo, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
- = P037/2017 Beneficiação da Estrada Casais dos Montes Freguesia de Urqueira Revisão de preços Informação n.º 739/17, datada de 17 de novembro de 2017, da DOM;
- = P103/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém Zona Sul Suspensão da obra Informação n.º 281/18, de 26 do mês findo, da DOM;
- = Pólo de Inovação *Startup Ourém* Projeto de execução Informação n.º 283/18, de 26 de março findo, da DOM;
- = Requalificação da E.M. 357 Estrada de Leiria Proposta de anteprojeto Informação n.º 334/18, de 10 do corrente mês, da DOM;



= Piscina Municipal de Ourém – Projeto de execução – Informação n.º 337/18, de 10 de abril corrente, da DOM.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Reservatório público de água em São Gens – Informação n.º 269/18, de 05 do mês em curso, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS).

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares Pedidos de isenção do pagamento de taxas:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 411/2018, do Centro de Ação Social do Santuário de Fátima;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 12.538/2018, do Centro Social Paroquial de Rio de Couros;
- = Beneficiação de edificação Segurança e salubridade públicas Processo registado sob o n.º 1653/2018, da Freguesia de Caxarias;
- = Loteamento urbano n.º 7/2004 Pedreneira Urqueira Processo registado sob o n.º 176/2012, de Maria da Ascensão Dias Ramalho Esménio.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Rede Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém na Rede Carta registada sob o n.º 12.016/2018, da comissão;
- = Tarifário de venda de água Regras de atribuição de tarifa social Informação n.º 103/18, datada de 22 de fevereiro último, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Pedido de cedência de autocarro municipal Carta, datada de 19 de fevereiro transato, do Agrupamento de Escuteiros 1142 Olival;
- = Atividades de Animação e Apoio à Família Pré-escolar Reforço de verbas Informação n.º 159/18, de 13 de março findo, da DEAS;
- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Comparticipação no custo de refeições:
 - 1. Informação n.º 192/18, de 26 do mês findo, da DEAS;
 - 2. Informação n.º 194/18, de 26 do mês findo, da DEAS;
 - 3. Informação n.º 211/18, de 04 do mês em curso, da DEAS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 206/18, datada de 03 de abril em curso, da DEAS;
- = PEDIME Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo Fase 1 Projeto Intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo Aquisição de recursos para a realização de atividades experimentais de ciências nos Agrupamentos de Escolas do Médio Tejo Informação n.º 135/18, de 02 de março findo, da DEAS;
- = Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar Anexo ao Acordo de Cooperação 2017/2018 Carta enviada por correio eletrónico no dia 20 de março findo, pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- = Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) Alteração ao protocolo de cooperação Informação n.º 222/18, de 10 de abril em curso, da Chefe da DEAS, também subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira.



8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Academia de Música Banda de Ourém Pedido de apoio monetário Carta, datada de 19 de fevereiro transato, da academia de música;
- = Apoio ao associativismo cultural, desportivo e recreativo 2018 Informação n.º 118/18, datada de 10 de abril corrente, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Festas do Município 2018 Informação n.º 112/18, datada de 09 do corrente mês, da DAC.

9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

= Rota Carmelita – Proposta de protocolo – Informação n.º 30/18, de 02 de abril corrente, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 24.057/2017, de Joaquim de Oliveira Rato, sobre acidente ocorrido na Rua do Mercado Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 24/07/2017;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 2111/2018, da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., sobre acidente ocorrido na EM 360 Freguesia de Fátima, no dia 25/11/2017.
- = Pedido de alteração ao Loteamento n.º 21/86 Zona Industrial de Chã Caxarias Requerimento registado sob o n.º 9088/2018, da firma Fametal Fábrica Portuguesa de Estruturas Metálicas, S.A..

11. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Festas do Município – 2018 – Atribuição de terrenos para diversões e de outros espaços de venda destinados a restauração não sedentária – Informação n.º 105/18, de 26 de março findo, da Divisão de Ação Cultural, acompanhada da informação n.º 61/18, de 10 de abril em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos.

Câmara Municipal de Ourém, 11 de abril de 2018

O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 02-04-2018 a 13-04-2018

Processo nº	Requerente	Local
70/2018	Alfredo Manuel Faria de Sousa	Rua das Carvalheiras – Freguesia de Fátima
400/2018	Ana Sofia Vieira da Silva	Rua Vale do Brejo, n º 130 - Freguesia de Urqueira
442/2018	António Acácio Marques	Rua do Arneiro da Cruz, nº7- União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2226/2017	Artur Pereira Matias	Rua do Portalinho – Freguesia de Fátima
465/2018	Banco Comercial Português, S.A.	Rua Luís Camões, n.º 110 - Vilar dos Prazeres - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
406/2018	Fátima Exporte, Lda.	Avenida Beato Nuno, n.º 150 – Cova da Iria – Freguesia de Fátima
117/2018	Manuel Francisco das Neves Ribeiro	Rua Principal, nº27 - Freguesia de Urqueira
454/2018	Manuel Gaspar dos Reis	Rua do Casal nº 144 - Matas - União das Freguesias de Matas e Cercal
189/2018	Maria Helena vieira Pereira	Estrada Nacional 349 - Lagoa do Furadouro - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
582/2017	Pedro Gabriel Oliveira Homem Henriques	Estrada da Batalha - Charneca - Freguesia de Fátima
514/2018	Sílvia Filipa Pereira Mendes	Rua dos Moinhos, nº53 - Freguesia de Fátima
395/2018	Vítor Manuel Neves Pereira	Boleiros - Freguesia de Fátima

Ourém, 16 de abril de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 02/04/2018 a 13/04/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
12039	Vítor Manuel dos Santos Sousa	Certidão de licença de ciclomotor
10946	Administração do Condomínio	Inspeção Periódica do elevado
11135	Instituto Rel. Sag. Coração Maria em Portugal	Inspeção Periódica do elevado
11077	Centro Infantil Sta. Maria	Inspeção Periódica do elevado
10915	União Misericórdias Portuguesas	Inspeção Periódica do elevado
10885	Marto Hotel Ida	Inspeção Periódica do elevado
10884	Marto Hotel Ida	Inspeção Periódica do elevado
10883	Museu Cera de Fátima	Inspeção Periódica do elevado
11583	Administração do Condomínio	Inspeção Periódica do elevado
12214	Congregação Irmãs Franciscanas Hosp. Da Imaculada Conceição	Inspeção Periódica do elevado
11892	Vitória de Sobral – Artigos Rel.	Inspeção Periódica do elevado
11872	Styler Fátima – Atividades Hoteleiras,lda	Inspeção Periódica do elevado
12173	Associação do Centro Social da Paróquia de Seiça	Inspeção Periódica do elevado
12105	Colégio de São Miguel	Inspeção Periódica do elevado
11893	Vitória de Sobral – Artigos religiosos	Inspeção Periódica do elevado
12071	Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Inspeção Periódica do elevado
12252	Condomínio Travessa Na Sa das Vitórias, no 12	Inspeção Periódica do elevado
12260	Condomínio Rua São João de Deus, 21	Inspeção Periódica do elevado
12796	Administração do Condomínio – Beato Nuno lote 346	Inspeção Periódica do elevado
12261	Condomínio Rua S. Paulo nº 18	Inspeção Periódica do elevado
12213	Hotel Estrela de Fátima, lda	Inspeção Periódica do elevado



12212	Hotel Estrela de Fátima, lda	Inspeção Periódica do elevador
12794	Administração do Condomínio	Inspeção Periódica do elevador
10879	Cisnes e Poetas-Associação de dança, Lda.	Licença de Ruído
10266	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Caxarias-Capela de Santo António	Licença de Ruído
10268	Fábrica da Igreja Paroquial da Licença de ruído freguesia de Olival-capela Conceição	
9432	Espite Aventura Associação do conhecimento de Espite	Manifestação Desportiva
3604	Grupo de Atletismo de Fátima	Outras atividades que possam afetar o trânsito normal
12672	Elevar – Associação de Apoio Técnico	Selagem – Elevador 371/14.21/00351
12076	Elevar	Selagem aos elevadores

Ourém, 16 de abril 2018 Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ESPITE AVENTURA – ASSOCIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESPITE – "CAMPEONATO DE TRIAL 4X4 – 2018"

Considerando que:

- A Espite Aventura Associação do Conhecimento de Espite pretende realizar nos dias 30 de junho e 1 de julho, o Campeonato Trial 4x4 – Edição 2018,
- 2. Esta iniciativa é de âmbito nacional e, em 2017, obteve grande afluência de público.
- 3. A atividade a desenvolver é particularmente relevante no que concerne ao desenvolvimento e implementação desta modalidade em Portugal e em particular no concelho de Ourém.
- 4. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Margues Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Espite Aventura – Associação do Conhecimento de Espite, pessoa coletiva com o NIPC 513 951 458, com sede na Rua Prof. Mário Albuquerque, 2435-152 Espite, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Ricardo Alexandre Oliveira Diamantino.



O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da realização da do Campeonato de Trial – 2018.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 12.500,00 euros (Doze Mil e Quinhentos Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 6.250,00 euros (Seis Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em maio de 2018;
 - b. 6.250,00 euros (Seis Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em julho de 2018.
- 2. O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.



4.	O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da
	Espite Aventura - Associação do Conhecimento de Espite, com o número de
	identificação bancária da entidade bancária
	, conforme declaração em Anexo - I, a qual
	faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

- O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:
 - a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
 - Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
 - c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
 - d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
 - e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
 - f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.

CLÁUSULA 5.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

- O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:
 - a) Divulgação do evento;
 - b) Disponibilização de equipamento de som;
 - c) Assumir a logística inerente à sinalética de trânsito;



d) Cedência e transporte de grades.

CLÁUSULA 6.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar.

CLÁUSULA 7.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e ao estabelecido na cláusula 5.ª do presente protocolo, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, no evento, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.



CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.



Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
•	preende folhas às quais se juntam er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2018, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Margues Grossinho Coutinho	Ricardo Alexandre Oliveira Diamantino

Albuquerque



APOIO FINANCEIRO

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA — "BENEFICIAÇÃO DE INTRAESTRUTURAS DESPORTIVAS SITAS NA RUA PADRE MARTINS PEREIRA, EM FÁTIMA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- O Município de Ourém, através de contratos-programa, tem efetuado um esforço significativo no sentido de qualificar as instalações desportivas das associações que movimentam o maior número de pessoas, particularmente jovens;
- 2. Esse esforço, em paralelo com o investimento em instalações municipais, tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de instalações desportivas, distribuídas pelos principais núcleos urbanos, de forma a proporcionar à população as melhores condições para a prática do desporto, promovendo assim o desenvolvimento da saúde para todos, quer de forma competitiva, quer de forma lúdica:
- 3. As infraestruturas desportivas sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima, carecem de obras de beneficiação, designadamente a instalação de piso de relva sintética.
- As infraestruturas referidas no ponto anterior são propriedade do Centro Desportivo de Fátima;
- As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar, pelo que o presente contrato visa garantir á associação adequadas condições financeiras,
- O Centro Desportivo de Fátima promove o desporto na área do território do Município de Ourém;
- 7. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem a promoção do desporto, constitui um



inegável constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sóciodesportivo dos municípios;

8. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos Tempos Livres e Desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo – I da Lei 75/2013.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e em observância ao Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Margues Grossinho Coutinho de Albuquerque;

SEGUNDO OUTORGANTE: Centro Desportivo de Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 501 199 500, com sede na Rua Pare António Martins Pereira, n.º 25, Fátima, representada no ato por António Martins Pereira, na qualidade de Presidente da direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da beneficiação de infraestruturas desportivas sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima, conforme projeto técnico constante em Anexo-I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

 O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 339.703,48€ (Trezentos e Trinta e Nove Mil, Setecentos e Três Euros e Quarenta e Oito Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.



- O montante do apoio corresponde a 85% do valor inicialmente previsto realizar pela entidade no âmbito da despesa definida em objeto, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no n.º 1 da presente cláusula.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 85% da despesa realizada considerada elegível no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- O apoio atribuído será pago em conformidade com o cronograma definido no Anexo II.
- 2. A primeira prestação do presente contrato, funcionará a título de adiantamento.
- 3. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 4. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

5.	O pagamento será	efetuado por trar	nsferência ban	cária, pa	ara a conta b	ancária do
	Centro Desportivo d	de Fátima, com	o seguinte IB	AN (Inte	ernational Bai	nk Account
	Number)		,	da	entidade	bancária
		, c	onforme const	a no Ar	nexo – III, qu	e faz parte
	integrante do presen	te protocolo.				

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:



- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta, sempre que solicitado, pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Manter as infraestruturas objeto de financiamento em adequadas condições de utilização e afetas ao uso desportivo da associação, pelo prazo mínimo de 10 anos.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita



observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização do investimento objeto de apoio)

A execução física do investimento objeto de apoio será sujeito ao acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa inerentes.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, do montante total da despesa a executar, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	



Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	António Martins Pereira
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Celebrado aosvalidade, destinando-se cada um deles aos s	, em dois exemplares de igual teor e seus Outorgantes.
em virtude de conter as assinaturas dos mes	
·	cadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7,
O presente Protocolo de Colaboração comp	preende folhas às quais se juntam folhas



Proposta de apoio financeiro para 2018

		Valor proposto		
	Freguesias e Coletividades	Ano: 2018	Rúbrica financeira	
	Alburitel			
1	ACURETO - Associação Cultural e Recreativa de Toucinhos	150,00€	Cultura	
	Caxarias			
2	CNE Agrup. 1078 - Caxarias	650,00€	Cultura	
3	Centro de Cultura e Desporto de Caxarias	7 500,00€	Desporto	
	Espite			
4	Clube Desportivo de Espite	1 500,00€	Cultura	
5	ESPITE AVENTURA - Associação do Conhecimento de Espite	500,00€	Desporto	
	Fátima			
6	Associação Cultural e Recreativa e Desportiva da Moita Redonda	750,00€	Cultura	
7	Casa do Povo de Fátima	6 500,00€	Cultura	
8	Centro Desportivo de Fátima	23 000,00€	Desporto	
9	GAF - Grupo de Atletismo de Fátima	6 000,00€	Desporto	
10	Montamora Sport Club	1 000,00€	Desporto	
11	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama	3 500,00€	Desporto	
12	FET - Fátima Escola de Triatlo	1 750,00€	Desporto	
13	DIÓNIS - Teatro de Grupo, CRL	750,00€	Cultura	
14	Anjos da Pedra- Fátima BTT Clube	600,00€	Desporto	
	N. ^a Sr. ^a das Misericórdias			
15	Associação Filarmónica 1.º Dez. Cult. Artística Vilarense Reis Prazeres	4 500,00€	Cultura	
16	Associação Cultural e Recreativa Lagoense	700,00€	Cultura	
17	ACROM - Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Matas	500,00€	Desporto	
18	ARPO - Associação Recreativa e de Propaganda de Ourém	350,00€	Cultura	
19	CNE Agrupamento 1356- N.ª Sr.ª das Misericórdias	650,00€	Cultura	
20	Clube Desportivo Vilarense	2 500,00€	Desporto	
21	Grupo Cultural Desportivo e Recreativo Bairrense	1 500,00 €	Desporto	
22	Grupo Desportivo Sobralense	750,00€	Desporto	



23	Grupo Motard Mal Estimados	150,00€	Desporto
24	Grupo Recreativo de Danças e Cantares Lagoense	500,00€	Cultura
25	Sociedade Filarmónica Ouriense	5 000,00€	Cultura
23	N. ^a Sr. ^a da Piedade	,	
26	AMBO - Academia de Música Banda de Ourém	15 000,00€	Cultura
27	OUREARTE - Escola de Música e Artes de Ourém	7 000,00€	Cultura
28	Centro Recreativo e de Convívio de Louças	150,00€	Desporto
29	Conservatório de Música de Ourém e Fátima	7 000,00€	Cultura
30	Juventude Ouriense	10 000,00€	Desporto
31	CAO - Clube Atlético Ouriense	23 000,00€	Desporto
32	CNE Agrup. 977 - N.ª Sr.ª da Piedade	650,00€	Cultura
33	União Desportiva e Cultural do Alqueidão	800,00€	Desporto
34	Associação de Artistas e Artesãos de Ourém	600,00€	Cultura
35	Ass. Desportiva e Cultural "Lírios do Campo" Pinheiro e Cabiçalva e União Desportiva do Pinheiro e Cabiçalva	2 000,00€	Desporto
36	Associação Sénior de Ourém	1 200,00€	Cultura
37	Associação Casa Velha- Ecologia e Espiritualidade	150,00€	Cultura
38	AUDO - Associação União Desportiva de Ourém	1 400,00€	Desporto
39	Cisnes e Poetas, Associação de Dança	1 500,00€	Cultura
	União de Freguesias de Freixianda, Formigais e Ribeira do Fárrio		
40	Associação Cultural e Recreativa de Vale do Nabão	1 000,00€	Cultura
41	Associação Cultural e Recreativa de Vale do Peso	1 000,00€	Cultura
42	Associação Desportiva de Formigais	250,00€	Desporto
43	CNE- Agrupamento 1263- Ribeira do Fárrio	650,00€	Cultura
44	GRUDER - Grupo Desportivo da Ribeira do Fárrio	1 800,00€	Desporto
45	Rancho Folclórico "Os camponeses" da Ribeira do Fárrio	1 000,00€	Cultura
	União de Freguesias de Olival e Gondemaria		
46	P'Escola - Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Soutaria	500,00€	Cultura
47	OLIVALENCANTO - Associação Cultural	500,00€	Cultura
48	Rancho Folclórico "Moleiros da Ribeira"	1 500,00€	Cultura
49	União Desportiva de Gondemaria	600,00€	Desporto
	União de Freguesias de Matas e Cercal		
50	Centro Desportivo Social Cultural Cercal, Vales e Ninho	1 000,00€	Desporto



51	Associação Desportiva, Cultural de Solidariedade Social do Lavradio	800,00€	Desporto
	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos		
	Bernardos		
52	Rancho Folclórico Verde Pinho	1 000,00€	Cultura
53	MotoClub RioPirata - Clube Motard de Rio de Couros	150,00€	Desporto
	Seiça		
54	Associação Social e Cultural de Fontainhas - Seiça	1 000,00€	Cultura
55	BTTCP - Associação Desportiva, Motor, Social, Cultural e Recreativa	500,00€	Desporto
56	Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas	2 000,00€	Cultura
57	Grupo Desportivo e Cultural de Seiça	2 250,00€	Desporto
	Urqueira		
58	ACRU - Associação Cultural e Recreativa de Urqueira	800,00€	Desporto



- ROTA CARMELITA -

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM, A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS, JOAQUIM CARVALHO NUNES CLÁUDIA SOFIA SOUSA MARQUES RODRIGUES

Considerando que:

- A Rota Carmelita estabelece a ligação entre o Memorial da Irmã Lúcia (no Carmelo de Santa Teresa, em Coimbra) e o Santuário de Fátima, constituindo-se como um projeto que conhece uma oportunidade única de ser implementado em tempo útil de se associar ao centenário das aparições de Nossa Senhora em Fátima, um momento marcante para o País e, particularmente, para a Região Centro de Portugal;
- Se trata de uma Rota de Peregrinação que pretende proporcionar aos peregrinos a visita a locais de valor patrimonial, arquitetónico, histórico e cultural;
- O percurso na área do Município de Ourém tem como passagem a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- Neste âmbito foram desencadeados procedimentos de mobilização de compromissos por parte dos vários intervenientes para a implementação e operacionalização da Rota,

Constata-se a pertinência de estabelecer o presente Protocolo de colaboração entre:

O **Município de Ourém**, pessoa coletiva de direito público n.º 501280740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, com poderes bastantes para o ato, doravante designado por Primeiro Outorgante,

A União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, pessoa coletiva de direito público nº 510 839 240, com sede na Rua Gaspar Moreira, nº 19, em Rio de Couros, aqui representada pelo seu Presidente, Jorge Manuel Dias Lopes, doravante designado por Segundo Outorgante;

Joaquim Carvalho Marques, morador na Rua dos Moinhos, 27, 2435-526 Engenhos, Rio de Couros, titular do Cartão de Cidadão nº 562 0729, com o NIF nº 123 605 610, na qualidade de



proprietário do Restaurante Marques e do terreno onde o mesmo está instalado, sito na Rua Gaspar Moreira nº 7, 2435-530 Rio de Couros, doravante designado por Terceiro Outorgante;

Cláudia Sofia Sousa Marques Rodrigues, moradora na Rua do Terreiro, 15, 2425-522 Casal do Ribeiro, titular do Cartão do Cartão de Cidadão nº 124 398 26, com o NIF nº 230 832 105, na qualidade de titular da Cessão de Exploração do Restaurante Marques, sito na Rua Gaspar Moreira nº 7, 2435-530 Rio de Couros, doravante designada por Quarto Outorgante.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

- 1. O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento de um acordo de autorização de passagem por parte dos Terceiro e Quarto Outorgantes, resultante do trabalho de cooperação entre o Primeiro e o Segundo Outorgantes, para efetivar parte do percurso da Rota Carmelita na União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- 2. O consentimento da passagem livre de peregrinos mencionado no ponto anterior incide no trajeto constante na planta anexa designado "Troço alvo de protocolo", que atravessa o parque de estacionamento do Restaurante Marques, sito na Rua Gaspar Moreira nº 7, 2435-530 Rio de Couros.

CLÁUSULA SEGUNDA (DEVERES DOS OUTORGANTES)

- 1. O Primeiro e Segundo Outorgantes comprometem-se a informar antecipadamente, em articulação, o Terceiro e Quarto Outorgantes sobre qualquer alteração ao percurso objeto do presente acordo.
- 2. O Terceiro Outorgante declara autorizar a passagem livre de peregrinos pelo Parque de Estacionamento do Restaurante Marques, de que é legítimo proprietário, em conformidade com o trajeto reproduzido na planta anexa, designado "Troço alvo de protocolo".
- 3. O Quarto Outorgante declara autorizar a passagem livre de peregrinos pelo Parque de Estacionamento do Restaurante Marques, do qual é titular da Cessão de Exploração, no troço constante na planta anexa, designado "Troço alvo de protocolo".



CLÁUSULA TERCEIRA

(Prazo)

O presente acordo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e manter-se-á em vigor por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA

(Rescisão)

Os Outorgantes podem resolver o presente Protocolo por iniciativa de qualquer das partes, comprometendo-se a comunicar a intenção de cessação com a antecedência mínima de noventa dias.

O Presidente da Câmara Municipal de Ourém		
(Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque)		
O Presidente da Uninão das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos		
(Jorge Manuel Dias Lopes)		
O Proprietário do Restaurante Marques		
(Joaquim Carvalho Marques)		
A Titular da Cessão de Exploração do Restaurante Marques		

(Cláudia Sofia Sousa Marques Rodrigues)